Sumário

Número de notícias: 43 | Número de veículos: 30

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dias fundamentais para a educação no País (Artigo)..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estado indutor de desigualdades - LAURA KARPUSKA..... 6

ZERO HORA - RS - ESPECIAL RS QUE É EXEMPLO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto social que entrega celulares..... 7

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Deputado baiano usa verba pública na própria empresa..... 9

A TARDE - SALVADOR - BA - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF e Ibama combatem crimes na Amazônia..... 10

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - ECONOMIA/BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita atualiza regras de controle..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Redesenho da Esplanada na mesa da transição..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Decisão a favor de aposentados..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Concentração - VISTO, LIDO E OUVIDO..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão da vida toda do INSS é aprovada no STF por 6 votos a 5..... 18

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Decisão do STF pode aumentar valores..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Supremo decide a favor da "revisão da vida toda" das aposentadorias..... 21

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mudança em benefício por invalidez e pensão..... 23

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - SAÚDE E BEM ESTAR
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto de IR avança na Câmara..... 24

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

União: quase 10 mil migraram para previdência complementar - SERVIDOR..... 25

Sexta-Feira, 2 de Dezembro de 2022

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula pretende revisar aposentadorias 26

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Zema quer aprovar privatização da Codemig até o fim deste ano 28

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Bloqueio de R\$ 5,7 bi ocorre em momento de arrecadação recorde 30

O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Para especialistas, mudanças na Previdência previstas pelo novo governo aumentam risco
fiscal e desvirtuam reforma 32

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
SEGURIDADE SOCIAL

É erro grave a visão do novo governo sobre a Previdência 34

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Equipe de Lula vai apontar uso eleitoral de Auxílio 35

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - OPINIÃO
CONGRESSO EM FOCO

Arthur Lira é a ducha fria da realidade (Artigo) 36

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA NACIONAL
CONGRESSO EM FOCO

Lula projeta ministério com mais de 30 pastas 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

PIB continua a andar em ritmo mais acelerado do que se imaginava 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Um teto de R\$ 2 trilhões (Artigo) 39

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

PIB da era Bolsonaro cresce menos que o dos governos FHC, Lula e Temer 40

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PIB desacelera com o peso dos juros altos 42

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relatório de transição aponta paralisação de obras de habitação para baixa renda no país -
EIXO CAPITAL 44

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Podcast da Economist debate chances de Trump em nova corrida à Presidência 46

ZERO HORA - RS - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pibinho deixa país em 24o no mundo - MAIS ECONOMIA 48

A GAZETA - MT - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dinheiro do orçamento secreto é suspenso 50

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

ANP estuda incluir 12 novos blocos do Norte 51

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil é o 24º em ranking global 53

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Economia cresce 0,4% no 3º trimestre, mas perde fôlego sob efeito dos juros 54

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Trigo e milho salvam PIB agropecuário de um resultado pior 56

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - MUNDO
ECONOMIA

EUA e França reforçam união contra a Rússia e apoio à Ucrânia 57

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
ECONOMIA

PEC da Transição entra na fase de discussão de texto e modelo híbrido ganha força -
COLUNA DO ESTADÃO 58

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Desaceleração da economia traz dilemas para o próximo governo 59

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Após puxar retomada, consumo das famílias perde fôlego sob juro alto 60

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

PIB projeta limite de R\$ 148 bi na PEC da Transição 61

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
ECONOMIA

Congresso pode unir PECs 62

ZERO HORA - RS - OPINIÃO DA RBS
ECONOMIA

OS SINAIS PARA O PIB DE 2023 (Editorial) 64

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Bolsa de valores tem queda 1,3% após divulgação do PIB brasileiro 65

Dias fundamentais para a educação no País (Artigo)

Manoela Vilela Araújo Resende

Não é exagero dizer que os próximos dias vão ser cruciais para o futuro da educação no Brasil. Desde 2014, ano em que ingressei no Ministério da Educação, a pasta foi liderada por nada menos que 12 ministros, isso sem contar os momentos em que os secretários executivos se tornaram ministros interinamente. Além da total ausência de mulheres no comando de uma pasta cuja essência é feminina¹, chama a atenção o fato de que a cada oito meses tivemos um novo ministro da Educação. Infelizmente, essa cifra não é monopólio do governo Dilma, **Temer** ou Bolsonaro. O ritmo de troca se manteve mais ou menos constante nas últimas três presidências. Surpreende que o período de maior estabilidade no MEC tenha sido na gestão **Temer**, marcada por manifestações, ocupações de escolas e forte instabilidade política. O que os governos Dilma (Aloizio Mercadante foi ministro por duas vezes) e Bolsonaro têm em comum na educação? Foram cinco ministros da Educação ao longo dos mandatos de cada um desses presidentes da República. E por que isso é importante?

Você consegue imaginar uma empresa ou instituição com boa governança que a cada oito meses mude o rumo das suas ações? E que, além da cúpula de dirigentes - presidente, vice-presidentes e diretores -, mude também a equipe que cuida do dia a dia da instituição, que tem a memória do que já foi feito e é responsável por programas que impactam a vida de milhões de estudantes e professores? É isso o que acontece no MEC a cada troca de ministros.

Como o ministério não tem um amplo corpo técnico de funcionários de carreira - como ocorre em diversos outros órgãos da administração federal, como, por exemplo, **Receita Federal**, Banco Central e Ita-maraty -, vemos, a cada troca ministerial, uma mudança nos rumos da política pública.

Não deixa de ser curioso que um dos ministérios com maior orçamento da Esplanada e responsável por uma das pautas de Estado mais importantes seja justamente aquele sem uma carreira bem estabelecida. Nada contra a política externa, monetária, de infraestrutura e de comércio exterior, mas a política educacional definitivamente merecia um olhar um pouco mais atencioso dos nossos

governantes.

A troca de dirigentes não é um problema per se, afinal espera-se que o Ministério reflita a visão de mundo de quem foi democraticamente eleito pelo povo brasileiro, ou seja, o presidente da República. O problema é que essas constantes rupturas vão desgastando a famigerada máquina pública. Os processos se tornam morosos, a memória institucional se perde, políticas importantes são descontinuadas e os sistemas de gestão de dados e informações deixam de ser alimentados adequadamente. Chega-se ao absurdo em que sistemas que fazem a gestão de programas educacionais na casa dos milhões de reais passem a ser responsabilidade de uma única pessoa. E essa pessoa pode adoecer, tirar férias e, eventualmente, se aposentar.

E quem sofre com isso? A educação brasileira. Porque não apenas as atividades básicas - com o perdão da palavra, porque de básico o MEC não tem nada - vão deixando de ser bem executadas, mas inovações cessam. Como pensar fora da caixa, quando não se consegue garantir o mínimo? O apagão de canetas pode virar uma realidade no Ministério da Educação.

O exemplo do município de Sobral, no Ceará, é mais do que batido. Quem trabalha na área de políticas educacionais já ouviu falar inúmeras vezes do município cujas escolas têm o mesmo nível de excelência das escolas de países ricos; da cidade que, apesar das condições socioeconômicas, oferece aos alunos da rede pública uma das melhores redes de educação básica pública do País. Sem querer desmerecer todo o esforço feito por gestores locais, diretores de escola e, especialmente, pelos professores, um aspecto crucial da "revolução sobralense" foi a continuidade das políticas públicas na região, por meio de lideranças políticas comprometidas com a qualidade do ensino. Esse compromisso com a continuidade daquilo que funciona é uma das explicações de por que Sobral chegou aonde chegou, mas serve também para a Finlândia, Cingapura e para muitos outros sistemas educacionais de excelência. Não tem por que ser diferente para o Ministério da Educação.

O próximo ministro da Educação (torço por uma ministra) já sabe (ou deveria saber) de alguns de seus maiores desafios: garantir a alfabetização na idade

certa, melhorar a formação (inicial e continuada) de professores, criar mecanismos para que as universidades federais sejam sustentáveis num mundo de restrições econômicas cada vez mais fortes e fomentar a cultura de políticas baseadas em evidências. Mas disso nosso futuro ministro já sabe. O que ele talvez não saiba é que é preciso um olhar para dentro, para recuperar o protagonismo e fortalecer a capacidade institucional de realizações do Ministério da Educação. (1) dos 2.190.943 docentes da educação básica, 79% são do sexo feminino - Sinopse Estatística da Educação Básica, 2021.

DOUTORANDA EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL), MESTRE EM POLÍTICAS PÚBLICAS PELO IPEA, É SERVIDORA LICENCIADA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Estado indutor de desigualdades - LAURA KARPUSKA

LAURA KARPUSKA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, colocou na pauta de votação o retorno do quinquênio para juízes federais - um bônus salarial por tempo de serviço. Segundo técnicos do Congresso, se aprovada, a medida custaria R\$ 5 bilhões por ano. Custo alto, benefício para poucos.

O Supremo Tribunal Federal (STF) acaba de aprovar um aumento de 18% para magistrados e servidores. O custo pode ser de R\$ 1,8 bilhão. O grosso do funcionalismo federal permanece com salários congelados há cinco anos. Haverá pressão para que os outros servidores sejam reajustados. Técnicos da **Receita Federal**, por exemplo, estão sem reajuste há mais de cinco anos.

Há alguns dias a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou pedido de aumento do salário do governador e do vice-governador do Estado. Ao aumentar o salário do governador eleito, os deputados permitem a recomposição salarial de quem ganha este teto. Os demais não recebem reajustes automáticos. O custo da medida está estimado em R\$ 1,5 bilhão. Haverá pressão dos outros servidores também. Vão conseguir aqueles que têm poder de barganha.

O salário inicial de um auditor fiscal está perto de R\$ 20 mil. De um juiz federal, R\$ 32 mil - já bem próximo do seu teto. Pensando no Estado de São Paulo, um juiz ou um promotor de Justiça têm salário inicial de R\$ 28 mil. Um professor da USP, R\$ 14 mil. Um professor de escola estadual, R\$ 3,8 mil. São as escolhas sociais que fazemos. Remuneramos burocratas, não professores.

Esses são alguns dos exemplos de desigualdades promovidas diretamente pelo próprio Estado, no qual a elite do funcionalismo consegue garantir aumentos para si distanciando-se dos pisos salariais das suas categorias - e, mais ainda, do salário do brasileiro médio.

Há a maior desigualdade de todas. A cada aumento de despesas é preciso pensar em arrecadar mais, hoje ou no futuro, para fechar a conta. Nosso sistema tributário é regressivo.

Quem paga para a elite do funcionalismo não perder

poder de compra são aqueles que, muitas vezes, nem registro em carteira têm. Os que estão à mercê das flutuações econômicas asseguram aqueles que têm estabilidade garantida.

Também não mencionei exemplo de desigualdades menores. No TJSP, juízes têm direito a garrafinhas d'água. A "serventia", como são chamados os outros funcionários, não. São aquelas pequenezas que se amontoam e escancaram o Estado como indutor de desigualdade por convicção.

São as escolhas sociais que fazemos; remuneramos burocratas, não professores

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeto social que entrega celulares

ALINE CUSTÓDIO aline.custodio@zerohora.com.br

Um projeto criado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul que ganhou asas durante a pandemia, ajudando inicialmente estudantes de escolas públicas de Osório, Maquiné e Tramandaí a terem acesso às aulas online por meio de smartphones restaurados, voará ainda mais alto. O Alquimia II passará a tratar todos os telefones celulares apreendidos no Estado, permitindo ajudar também pessoas em vulnerabilidade social fora das escolas.

No projeto-piloto, ainda no segundo semestre de 2020, 120 smartphones foram restaurados por meio da ação e (outros 106 destinados pela **Receita Federal**, oriundos de apreensões). A iniciativa foi tão bem-sucedida que, no mesmo período, acabou replicada pelas Promotorias de Justiça nas cidades de Lajeado, Santiago, São Borja e Bento Gonçalves, somando outros 190 telefones entregues naquele ano.

E tudo começou quando o promotor de Justiça Criminal de Osório, Fernando Andrade Alves, soube da campanha da Escola Estadual de Educação Básica Lourenço Leon Von Langendonck, de Maquiné, que pedia celulares para os estudantes continuarem as aulas a distância, nos primeiros meses da pandemia. Junto com a promotora Regional de Educação de Osório, Cristiane Delia Méa Corrales, e em parceria com o Judiciário, a Polícia Civil e a sociedade civil, o projeto recuperou smartphones recolhidos na Penitenciária Modulada Estadual de Osório. Na época, o investimento foi de cerca de R\$ 5 mil, vindos da conta de penas alternativas da Vara de Execuções Criminais de Osório. O valor garantiu o reparo dos aparelhos e a compra dos chips com internet por 30 dias, tarefa desenvolvida pelo Projeto Social De-jone Rambor, da Associação de Jiu-jítsu de Tramandaí, que se engajou nos trabalhos.

Por ser inspiração, a escola de Maquiné foi a primeira a receber 20 aparelhos.

- Nós temos famílias muito carentes e isso veio beneficiar os nossos alunos, que ficaram muito contentes - recorda a diretora da instituição, Fabiane Dacol Machado.

Mãe do estudante Davi da Silva Dias, 10 anos, aluno do quarto ano do Ensino Fundamental, Josemari Cardoso da Silva afirma que as doações para a instituição facilitaram a vida do filho e dos colegas dele: - Tínhamos apenas um celular na nossa casa,

que era usado para trabalho. Meu filho não poderia fazer os temas. A entrega do celular foi importante para o aprendizado dele porque, assim, não foi preciso parar os estudos.

Aluna do quinto ano do Ensino Fundamental, Eloisa Staudt Florentino, 11 anos, estava no terceiro quando ganhou um dos celulares.

- Ele já me ajudou bastante porque conseguia fazer os meus temas, acompanhar as aulas e os meus colegas - conta a menina.

Segunda fase Em janeiro de 2021, o Ministério Público gaúcho atribuiu caráter institucional ao projeto e o procurador-geral de Justiça designou o promotor Fernando Andrade Alves como gerente da ação. Um Termo de Cooperação foi assinado com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) para que a instituição de ensino se tornasse responsável pela recuperação dos aparelhos em Porto Alegre. Outras três universidades - Universidade Regional Integrada (URI), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) e Universidade de Passo Fundo (UPF) - aderiram também para atuarem na parte de recuperação dos aparelhos nas suas regiões.

Nesta etapa, o Foro Central de Porto Alegre juntou-se à ação, encaminhando remessa de smartphones de delegacias de polícia de Porto Alegre. Segundo o promotor Fernando, pelo menos 4.543 smartphones foram recolhidos na fase dois do Alquimia II, com a participação de 27 promotorias de Justiça do Estado.

Recuperação Na Capital, quando chegam ao Laboratório de Projetos em Engenharia da Escola Politécnica, da PUCRS, os smartphones passam por uma avaliação criteriosa dos técnicos com formação em eletrônica, mecânica e informática.

De acordo com o professor Anderson Terroso, que coordena o projeto na instituição, o aproveitamento dos aparelhos recolhidos nas penitenciárias gaúchas e entregues à PUCRS fica entre 30% e 40%. No total dos aparelhos recolhidos pelo projeto, apenas 20% acabam sendo aproveitados porque alguns são muito antigos e outros são danificados pelos detentos quando percebidas as ações policiais.

- Hoje, recebemos cerca de 200 celulares por semana. E as entregas dependem da qualidade dos equipamentos. Mas podemos atender até 1,5 mil

celulares por mês - destaca Terroso.

Na triagem, os profissionais fazem desde a reinstalação do sistema operacional à troca de peças entre aparelhos. Finalizado o primeiro momento, os celulares são higienizados e têm avaliação da bateria. Na sequência, passam pela formatação, verificação de dados e inclusão de aplicativos, antes de retornarem ao Ministério Público para serem entregues nas escolas. Cada celular costuma ser restaurado em até cinco dias.

O trabalho dos técnicos da PUCRS permite que escolas como a Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora das Dores, de Tramandaí, se tornasse uma das contempladas pelo projeto pela primeira vez. No mês de agosto, a instituição recebeu 20 celulares recuperados.

Ainda que estejam em aulas presenciais, os estudantes desta instituição poderão utilizar "a nova ferramenta em atividades propostas pela escola. De acordo com o diretor, Ivan Gayer, os equipamentos somarão à vida dos alunos.

- Direcionamos para quem, realmente, não tem celular. Durante o período de pandemia, percebemos a dificuldade de conexão para assistirem uma aula remota síncrona, por não terem equipamento disponível em casa. A maioria das famílias possui um único aparelho. Hoje, há uma grande quantidade de recursos digitais para os estudantes aprenderem por meio da tecnologia, de uma ferramenta digital. Então, o celular ajudará pedagogicamente no crescimento deles - sustenta o diretor.

Terceira fase Ao completar dois anos de existência, o Alquimia II chegou no que o MP considera a terceira fase da ação, numa articulação interinstitucional.

Um novo Termo de Cooperação está sendo avaliado para estabelecer fluxos de smartphones entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal de Justiça, Secretaria de Segurança Pública do Estado, Superintendência dos Serviços Penitenciários, Polícia Civil e PUCRS. Isso permitirá que passem pelo Alquimia II todos os telefones apreendidos em ações policiais que não possam ser restituídos e que não interessem a investigações em curso no sistema de Justiça do Rio Grande do Sul.

- A consolidação em âmbito estadual elimina custos logísticos importantes para a destinação final dos equipamentos pelo sistema de Justiça, reduz os impactos ambientais, a partir do adequado descarte do lixo eletrônico, e permitirá a inclusão digital de pessoas em situação de vulnerabilidade social que estão hoje em diferentes instituições. O projeto não é mais de

Osório, é do Estado inteiro - celebra o idealizador do trabalho, o promotor Fernando.

Com o sucesso da iniciativa, o Alquimia II foi apresentado ao Conselho Nacional de Justiça e ao Ministério Público Brasileiro, por meio da Unidade Nacional de Capacitação do Conselho Nacional do Ministério Público. A ação gaúcha serviu de inspiração para o Ministério Público do Mato Grosso do Sul, onde recebeu o nome de Projeto Transforme.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Deputado baiano usa verba pública na própria empresa

Vinte e seis candidatos a cargos públicos nas eleições de 2022 gastaram R\$ 288 mil nas próprias empresas. Odi-nheiro bancou materiais de campanha, pagamento de combustíveis e locação de bens. Entre eles, Adalberto Rosa Barreto, conhecido como Dal (União Brasil), eleito deputado federal pela Bahia, foi o candidato que mais utilizou recursos nas próprias empresas, pagando mais de R\$ 51,3 mil em gasolina nos postos de combustível dos quais é sócio.

Segundo Dal, "a pessoa jurídica não se confunde com a pessoa natural e muito menos com o candidato, que possui CNPJ próprio", justificando que, em algumas cidades, identificou o menor preço e a melhor qualidade nas empresas em que ele ou algum familiar são sócios.

O montante de R\$ 288 mil em dinheiro público gasto pelos 26 candidatos finan-

ciou despesas como a produção de materiais de campanha, pagamento de combustíveis e locação de bens.

O candidato Raimundo de Sá Urtiga Filho, o R. Sá Filho, também do União Brasil, é o segundo na lista. Ele direcionou R\$ 42 mil a três fir-

mas em que faz parte do quadro de sócios. Sá Filho, que concorreu para deputado federal pelo estado do Piauí, gastou R\$ 10 mil no aluguel de um carro da marca Land Rover por menos de dois meses.

Dentre os candidatos que se valeram da medida, ape-

nas o deputado eleito pela Bahia, Dal, e Guilherme Uchoa Junior, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) de Pernambuco, foram eleitos. Cinco estão como suplentes. Outros três não conseguiram se eleger.

O levantamento do Metrôpoles foi feito por meio de cruzamento de informações sobre gastos de campanha, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com a base de dados do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), da **Receita Federal**.

O recurso público que financia as campanhas deriva do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), conhecido como Fundo Eleitoral. Em 2022, os candida-

tos receberam mais de R\$4,6 bilhões do Fundo Eleitoral e R\$ 1,1 bilhão do Fundo Partidário. Segundo informações do TSE, quase um terço dos candidatos não recebeu qualquer verba dos partidos.

PF e Ibama combatem crimes na Amazônia

A apuração e repressão de crimes contra o meio ambiente, comércio ilegal de mercúrio, organização e associação criminosa, receptação, contrabando, falsidade documental e lavagem de dinheiro em sete estados do país é o objetivo da Operação Hermes (Hg), deflagrada na manhã de ontem (19 de dezembro).

Segundo a Polícia Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsáveis pela ação, o objetivo é eliminar esquema criminoso de fraudes no Cadastro Técnico Federal (CTF), que é o sistema de controle de importação e comércio de mercúrio metálico.

Os crimes estão relacionados ao contrabando e acobertado de mercúrio, produto destinado ao abastecimento de garimpos em estados da Amazônia Legal (Mato Grosso, Rondônia e Pará).

As fraudes identificadas e investigadas têm como modus operandi o lançamento de dados falsos no sistema e a comercialização de créditos virtuais fictícios que acobertam vendas e transporte de mercúrio real sem origem legal. A investigação aponta para indícios de mais de duas toneladas de mercúrio comercializadas mediante a utilização de métodos criminosos, em detrimento dos sistemas de controle do Ibama", explicou a PF em nota.

A expectativa é que, ao final, mais de cinco toneladas de créditos de mercúrio sem

origem sejam eliminados do CTF. "O CTF prevê que toda a comercialização e uso de mercúrio metálico no Brasil ocorra em estrito cumprimento da legislação. Esse escopo institucional é chave para a implementação da Convenção Internacional de Mineração, ratificada pelo Brasil em 2017, após aprovação pela ONU", acrescentou a PF.

Mandado

A Operação Hermes (Hg) é a maior operação de desarticulação de uso ilegal de mercúrio da história. Os agentes cumprem por determinação da 1ª Vara Federal em Campinas, cinco mandados de prisão preventiva; nove de prisão temporária (até 5 dias), além de 49 mandados de busca em municípios nos estados do Mato Grosso, São Paulo, Goiás, Santa Catarina,

Rio Grande do Sul e Rondônia, incluindo residências, sedes de empresas, depósitos e áreas de mineração.

"Além dos mandados, também foram determinados o sequestro e indisponibilidade de bens dos investigados em montante superior a R\$ 1,1 bilhão, correspondente ao valor calculado de prejuízo ao erário", detalhou a PF.

A operação também en-

globa a fiscalização de áreas de mineração pelo Ibama, com a possibilidade de aplicação de multas, suspensão de atividades e embargos, assim como a apuração de condutas de pessoas físicas e jurídicas envolvidas com a importação e comércio de mercúrio, recicladoras de resíduos e mineradoras de ouro com sedes em municípios nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso e Pará.

O controle de mercúrio é instrumento de proteção ambiental e defesa da saúde pública, uma vez que seu mau uso pode contaminar rios em que são utilizados, comprometendo animais, peixes e humanos. Como é um elemento tóxico, pode causar danos irreversíveis, inclusive no sistema nervoso central e levar à morte. O Brasil não extrai a substância da natureza, sua origem está na importação ou reciclagem de resíduos como lâmpadas e materiais odontológicos. Sendo legal a origem, os proprietários têm direito a lançar seus créditos em quilogramas no sistema de controle de mercúrio do CTF e realizar vendas para empresas licenciadas pelos órgãos ambientais estaduais.

Receita atualiza regras de controle

A **Receita Federal** atualizou as regras de controle na entrada e saída de moeda em espécie do país. A medida visa alinhar o controle aduaneiro com as alterações promovidas pela nova Lei de Câmbio e Capitais Internacionais (Lei no 14.286/2021), que passa a valer a partir de 30 de dezembro de 2022.

A nova legislação foi publicada em 30 de dezembro de 2021 para entrar em vigor um ano após a sua publicação. Ela trata do mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no Brasil e a obtenção de informações pelo Banco Central (BC), para a elaboração das estatísticas macroeconômicas oficiais. Da mesma forma que a **Receita Federal**, o BC também está atualizando os seus normativos para se adequar à lei.

Entre as principais mudanças está o novo limite de entrada e saída de dinheiro em espécie, sem declaração, que passa de R\$ 10 mil para US\$ 10 mil ou o equivalente em outra moeda. Caso o viajante esteja com valor acima desse teto, deve fazer a Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes (e-DVB). Houve também a exclusão de controle para o porte de cheques e cheques de viagem.

A Instrução Normativa no 2.117/2022, da **Receita Federal**, foi publicada no último dia 28 no Diário Oficial da União. Com ela foram alterados pontos específicos dos seguintes atos: Instrução Normativa no 1.059/2010, que dispõe sobre os procedimentos de controle aduaneiro e o tratamento tributário aplicáveis aos bens de viajante; Instrução Normativa no 1.082/2010, que institui a Declaração Eletrônica de Movimentação Física Internacional de Valores (e-DMOV); e Instrução Normativa no 1.385/2013, que dispõe sobre a Declaração Eletrônica de Bens de Viajante (e-DBV), sobre o despacho aduaneiro de bagagem acompanhada e sobre o porte de valores.

Redesenho da Esplanada na mesa da transição

vinicius doria

Os grupos temáticos do governo de transição apresentaram, ao longo desta semana, os relatórios preliminares com o diagnóstico da situação de suas respectivas áreas. Simultaneamente, prepararam propostas para o redesenho da Esplanada dos Ministérios, que deverá ressuscitar pastas e ganhar novas, a partir da posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em janeiro.

Algumas mudanças estão praticamente definidas, como a cisão do superministério da Economia em três: Fazenda; Planejamento e Orçamento; e Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Outra pasta que teve a divisão aprovada pelo grupo temático é a da Agricultura, que deverá perder o comando das políticas públicas voltadas para a produção familiar.

O novo mapa da Esplanada começará a ser definido na semana que vem, pelo presidente eleito, segundo informou o coordenador dos grupos técnicos da transição, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Atualmente, o governo de Jair Bolsonaro tem 23 ministérios e secretarias com status ministerial, número que pode passar de 31 - quantidade de grupos temáticos montados pelo governo de transição e base para esse redesenho administrativo, de acordo com projeção do vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, coordenador geral do gabinete provisório.

Se as propostas de cisão e criação de pastas feitas até agora forem aprovadas por Lula, a Esplanada contaria com 33 ministérios - podendo chegar a 34, caso a divisão do Ministério da Justiça e Segurança Pública seja aceita.

Segundo Mercadante, a coordenação dos grupos apresentará a Lula uma proposta integrada de reestruturação ministerial, a pedido do próprio presidente eleito, que está em Brasília negociando, pessoalmente, além da aprovação da PEC da Transição, os nomes que vão ocupar os cargos de primeiro escalão do Poder Executivo.

"Na semana que vem, devemos apresentar uma proposta ao presidente, e isso incide sobre a montagem dos ministérios, porque você vai escolher os ministérios dentro de uma estrutura predefinida. Por

isso, o presidente pediu prioridade", disse Mercadante, no CCBB, sede do governo de transição. "Ele vai bater o martelo e, depois, a gente anuncia, ou ele anuncia, vamos combinar com ele." No caso do Ministério da Economia, hoje comandado por Paulo Guedes - chamado por Bolsonaro de Posto Ipiranga, aquele que resolve tudo -, Mercadante criticou a hipertrofia inicial da pasta. "Você cria um único ministério que não tem política industrial, que não tem política de planejamento, que não tem política orçamentária e tem um ministro sufocado com todas essas demandas", frisou.

A divisão ajudaria, no entender de Mercadante, a diluir essa pressão. "Temos de reindustrializar este país, tem que ter um ministério que foque na nova indústria, na transição energética, na transição digital da indústria. Como é que não vai ter o Ministério da Indústria e do Comércio Exterior?", questionou.

No grupo temático da agricultura, prevaleceu o lobby da ala mais ligada aos partidos de esquerda. O deputado federal Pedro Uczai (PT-SC) anunciou, ontem, o acordo interno para encaminhar a proposta de criação do Ministério da Agricultura Familiar e Alimento Saudável, que deverá incorporar a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), cuja migração ainda é motivo de divergência.

"Chegamos a um entendimento com o GT de Agricultura para criação do novo ministério, não há mais divergência", declarou o parlamentar, no CCBB. "O tema da Conab ficou em aberto. Nós defendemos que venha para o novo ministério." A senadora Kátia Abreu (PP-TO), que foi ministra da Agricultura no governo Dilma Rousseff, vinha se posicionando contra a divisão. "Com relação às políticas públicas da agricultura, não acho que devemos ter dois ministérios. Acho que o grande foco do Ministério da Agricultura é manter esse agroexportador de sucesso, mas, também, ter um olhar constante, forte, atento à produção interna do país, que é feita pelos pronafianos (beneficiários do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)", ressaltou, no início da semana.

Além da Fazenda e da Agricultura, há outros

ministérios importantes que devem ser divididos. O grupo temático de Trabalho e Previdência defende a separação: assuntos relacionados à **Previdência Social** seriam tratados por um ministério próprio, enquanto trabalho e emprego constariam do escopo do ministério remanescente, como era antes da posse de Bolsonaro. O grupo de Mulheres é a favor da criação de uma estrutura própria, fora da pasta de Direitos humanos.

O atual Ministério de Desenvolvimento Regional deverá perder um naco de poder para o futuro Ministério das Cidades. Apesar de não confirmar a mudança, Mercadante se mostrou favorável à medida. "Na nossa visão, faz todo sentido ter pastas de Desenvolvimento Regional e Cidades, não vai aumentar custos, vai desenhar o que é prioridade", declarou.

Também há indefinições, que serão resolvidas diretamente pelo presidente eleito, como é o caso do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O coordenador desse grupo temático no gabinete provisório e nome mais cotado para assumir o cargo, senador eleito Flávio Dino (PSB-MA), é contra a divisão da pasta em duas. Mas há membros do grupo que defendem a cisão.

Lula promete trabalhar por financiamento dos sindicatos, sem volta de imposto

Em reunião com representantes de 22 centrais sindicais no CCBB, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu a negociar com o Congresso o financiamento das entidades, sem, contudo, o retorno do imposto sindical. O encontro foi fechado à imprensa, mas a assessoria do petista emitiu uma nota: "O presidente eleito disse que recriará a mesa de negociação, de trabalho e conselhos, além de trabalhar junto ao Congresso para a aprovação de artigo na legislação sobre o financiamento dos sindicatos, sem retorno do imposto sindical". Mais cedo, o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, que participou da reunião com Lula, disse que as centrais sindicais não desejam revogar a reforma trabalhista e tampouco retomar o imposto sindical.

Decisão a favor de aposentados

luana patriolino

Com placar apertado, de 6 a 5, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, pela constitucionalidade da chamada "revisão da vida toda". A ação julgou que aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) têm direito a pedir os recolhimentos anteriores a julho de 1994. Ainda não há informação oficial sobre quantas pessoas poderão ser beneficiadas pela correção. No entanto, à Corte, o governo federal calculou que o impacto para a União seria superior a R\$ 46 bilhões ao longo de 10 anos. Já o Ministério da Economia avaliou que o montante seria de R\$ 360 bilhões em 15 anos.

A revisão é o recálculo da média salarial para a aposentadoria considerando todos os salários do trabalhador, mesmo os anteriores a julho de 1994. A alteração poderá ser solicitada por aqueles que começaram a contribuir para o **INSS** antes de 1994 e se aposentaram depois de 1999 - ano em que mudaram as fórmulas de cálculo e se definiu que, para pessoas que já contribuía naquela época, os pagamentos antes da reforma não seriam considerados.

O recurso tem repercussão geral, ou seja, a decisão da Corte valerá para todos os processos sobre o tema no país. Foram seis votos para manter a revisão da vida toda e cinco contrários. O processo teve a relatoria do ministro aposentado Marco Aurélio Mello, que votou antes de deixar a Corte.

O magistrado defendeu que os recolhimentos realizados em período anterior a 1994 também deveriam ser apurados para fins de aposentadoria, prevalecendo, assim, a medida que fosse mais vantajosa para o beneficiário. O entendimento foi mantido no julgamento após uma mudança de regra no STF, que decidiu aproveitar os votos dos magistrados aposentados quando o julgamento for destacado do plenário virtual para o físico. Por conta da mudança, o ministro André Mendonça, que entrou na vaga de Marco Aurélio Mello, não votou no caso.

No julgamento, prevaleceu a tese proposta pelo ministro Alexandre de Moraes, limitando o período temporal dos segurados beneficiados pela decisão até a Emenda Constitucional 103/2019. "O segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da Lei 9.876, de 26/11/1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC 103/2019, que

tornou a regra transitória definitiva, tem o direito de optar pela regra definitiva, acaso esta lhe seja mais favorável", escreveu.

A proposta de tese de Mello não previa essa limitação. Além de Moraes, votaram na mesma direção os ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Os cinco contrários foram Nunes Marques, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Luiz Fux.

"Com o maior respeito, mais convicção ainda tendo, no sentido do acerto, à luz da Constituição, em que a prevalência da regra de transição, no caso concreto, importou em maior prejuízo (ao beneficiário)", disse Weber, ao desempatar o julgamento.

Quem tem direito

A ação começou a ser analisada em 2021, mas foi suspensa devido a um pedido de destaque apresentado por Nunes Marques. O recurso foi movido pelo próprio **INSS** contra uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que garantiu a um beneficiário o direito a rever o valor de sua aposentadoria com base em uma legislação anterior a 1999.

O advogado previdenciário Yuri Bezerra pontuou que a regra só é benéfica para as pessoas que tinha rendimento robusto no período analisado. "Só vale a pena para quem possuía altos salários antes de 1994, pois as contribuições, quando calculadas sobre a aposentadoria, terminarão fazendo diferença positiva no cálculo do valor. Os trabalhadores que recebiam um salário médio ou mínimo naquela época, se tiverem incluídas as remunerações antigas, podem ter uma diminuição na aposentadoria que recebem hoje", alertou.

Bruno Minoru Okajima, advogado trabalhista, destacou a repercussão geral do tema. "Eles fixaram essa tese, e ela vai ter de ser observada por todos os tribunais, em casos que estão em tramitação com esse mesmo objeto. Para que o trabalhador aposentado possa ter a revisão do benefício, terá de ajuizar uma ação", orientou.

De acordo com o economista Vinicius do Carmo, ainda é cedo para prever o impacto da decisão nas contas públicas porque depende do número de beneficiários que pedirão a revisão. "Ela não é automática, não tem efeito imediato, depende de o aposentado provocar a

Justiça", argumentou.

Os trabalhadores que recebiam um salário médio ou mínimo naquela época, se tiverem incluídas as remunerações antigas, podem ter uma diminuição na aposentadoria que recebem hoje" Yuri Bezerra, advogado previdenciário

Concentração - VISTO, LIDO E OUVIDO

CIRCE CUNHA

De acordo com dados recentes divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas últimas eleições de 2022, nada menos do que 90,7% de todos os recursos provenientes do Fundo Eleitoral, ficaram concentrados em mãos de apenas 3,4% dos candidatos. Isso equivale a dizer que dos milhares de candidatos que disputaram cargos eletivos em todo o país, apenas 950 deles tiveram acesso pleno aos R\$ 2,5 bilhões liberados.

Trata-se de uma concentração de recursos, que de certa forma parece copiar o modelo que desde sempre tem existido dentro da sociedade brasileira, considerada hoje a que apresenta uma das mais desiguais do planeta. Segundo o IBGE, entre 2020 e 2021, 1% dos mais ricos do país, chegavam a ganhar mensalmente 38,4% mais renda do que os 50% mais pobres, ou metade da população.

Essa desigualdade se alastra também pelo mundo. A cada 30 horas, surge um novo bilionário no planeta, sendo que no mesmo intervalo de tempo mais de um milhão de pessoas cai para o patamar de extrema pobreza.

O mundo político, tal qual é organizado em nosso país, copia as mazelas da desigualdade social existente aqui e além-mar. Na verdade o que temos em matéria de organização política é a predominância do chamado caciquismo, no qual os donos das legendas organizam a distribuição do dinheiro do pagador de **impostos**, via Fundos eleitorais e Partidários, de acordo com critério distantes anos luz de quaisquer princípios republicanos ou éticos.

Por aqui, o grosso dos recursos desses Fundos, vai parar em mãos de candidatos de etnia branca, ligados aos caciques, que escolhem a dedo, quem tem chance de eleger-se e quem não tem. Nesse butim legal, apenas o Partido Novo não utiliza os recursos do Fundo Eleitoral em suas campanhas. No geral os candidatos negros chegam a receber 11 vezes menos que candidatos brancos e ligados às cúpulas partidárias. Esse tipo de desigualdade não fica restrito apenas a cor da pele.

Pesquisas mostram que o Fundo Eleitoral além de não incentivar a participação das mulheres na vida política nacional, destina menos de 30% para elas, mesmo havendo cota de gênero. Para piorar uma situação que em si é desigual e injusta, o atraso no repasse dos

recursos do Fundo Eleitoral para as campanhas para os candidatos chega a inviabilizar algumas campanhas.

É preciso deixar claro aqui que os processos de desigualdades observados e existentes dentro no atual modelo político e partidário do país provocam consequências diretas também para a vida social, espelhando essa injustiça. A resolução dos grandes problemas nacionais passa também pelas instituições partidárias. Se essas são injustas e mal organizadas, também o será a sociedade.

As políticas públicas são também reflexos dos modelos partidários, pois são exercitadas por entes políticos, ligados à partidos. Se os partidos não tomarem para si a responsabilidade de organizarem-se como entidades totalmente montadas a partir de bases éticas e humanas, com especial atenção a boa administração dos recursos públicos, de forma equânime e justa, todo o resto e com ele o Estado, o governo e a própria sociedade estão fadados ao fracasso.

A frase que foi pronunciada

"Penso, logo existo." René Descartesa

Homenagem

» » Um verdadeiro astro que passou por Brasília e deixou muitas histórias e ciência. Como membro fundador do Centro de Pesquisas Físicas, aponta a biografia dos arquivos da UnB, o físico Roberto Aureliano Salmerón deixou enorme legado. Faleceu em junho do primeiro ano de pandemia, aos 98 anos. Para quem cresceu em Brasília, esse nome se mistura à vizinhança e às revistas científicas de física nuclear de altas energias.

Salão Nobre

» » Em 15 de dezembro, às 18h, toma posse no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) o desembargador Demétrius Gomes Cavalcanti.

Um coquetel no local, após a solenidade, será a oportunidade para cumprimentar o novo membro titular da Corte.

Guinada

» » Lucas Gabriel Lourenço de Paula, com vários

diplomas em Tecnologia da Informação, pensa no sistema Azure na SUS. Atendimento agendado, sem fila, casos mais simples por consulta remota.

No histórico, o registro dos médicos em serviço, histórico de atendimento. Ideias e meios existem.

Com um pouco de vontade política o SUS seria um diferencial no planeta.

INSS

»» Dados dos aposentados precisam ter segurança redobrada. O último trote recebido pelo José Felipe Ramos foi que seu dinheiro do mês ficaria preso porque, segundo o sistema, ele havia feito um empréstimo, o que não era verdade. Nesse caso pegue o nome e matrícula do funcionário e um telefone fixo para conferir a veracidade no próprio **INSS**.

História de Brasília

Quanto aos salários em atraso, há uma informação boa: sairá a dinheiro no dia 14, porque a Prefeitura fez um adiantamento à Fundação, enquanto o Tribunal de Contas registra a verba do novo ano financeiro.

(Publicada em 13/3/1962)

Revisão da vida toda do INSS é aprovada no STF por 6 votos a 5

**Constança Rezende, Daniela Arcanjo e Luciana Lazarini
BRÁSILIAE SÃO PAULO**

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu a favor da revisão da vida toda do **INSS**, em julgamento com votação acirrada de 6 a 5, nesta quinta-feira (1º). O novo julgamento no plenário físico confirmou o placar do plenário virtual, realizado em março de 2022.

A presidente da corte, Rosa Weber, a ministra Cármen Lúcia e os ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski votaram a favor da revisão.

Eles seguiram a avaliação do relator do processo, o ministro aposentado Marco Aurélio, que analisou a questão antes de deixar a corte e votou no sentido de que o segurado tem direito ao critério de cálculo que lhe proporcione a maior renda mensal possível, a partir do histórico das contribuições.

Já Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Luiz Fux, Dias Toffoli e Nunes Marques votaram contra a revisão.

A revisão é feita para incluir salários antigos, pagos em outras moedas, no cálculo das aposentadorias. Segundo especialistas, a medida tem o objetivo de corrigir um erro cometido na reforma da Previdência de 1999: ter criado uma regra de transição mais prejudicial à população do que é a própria regra permanente.

Nunes Marques, que votou na quarta (30), alegou que a regra de transição, que estabelece o início do período de cálculo dos benefícios previdenciários em julho de 1994, é compatível com a Constituição.

Segundo ele, seu afastamento criaria uma situação antisonômica, pois permitiria a coexistência de dois formatos de cálculo para segurados filiados antes de novembro de 1999, quando foi editada a lei questionada.

Já o ministro Alexandre Moraes, que divergiu de Nunes Marques, alegou que a regra de transição beneficia quem já é mais favorecido e não contribui para a redução da desigualdade. Segundo ele, sem a revisão, os que ganham mais serão beneficiados em detrimento dos mais necessitados.

Em março, pouco depois do pedido de destaque do ministro Nunes Marques que levou o processo a ser julgado novamente, o **INSS** divulgou que a aprovação do entendimento geraria um gasto extra aos cofres públicos de R\$ 360 bilhões em 15 anos, valor ainda maior que o calculado em 2021 pelo instituto, de R\$ 46 bilhões em dez anos.

Tais números foram questionados pelo Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários) na ação analisada no STF. O ganho médio nas aposentadorias seria, em média, de 3,1%, segundo o instituto, valor 25% menor que o estimado pelo **INSS**. As informações apresentadas, segundo o Ieprev, têm erros metodológicos que incham o impacto financeiro da revisão da vida toda.

Os ministros não podem mais mudar seus votos, mas os envolvidos ainda têm direito de entrar com embargos de declaração em até cinco dias após a publicação do acórdão, informou o STF. Essa publicação, por sua vez, deve ser feita em até 60 dias.

Nos embargos o governo poderá, por exemplo, pedir esclarecimentos para definir o alcance da revisão e sua abrangência.

A AGU (Advocacia-Geral da União), que representa o **INSS** na Justiça, informou que ainda vai analisar possíveis pedidos de modulação, etapa que poderá limitar o alcance da revisão. Somente após essas etapas o julgamento é considerado encerrado, ou seja, haverá o trânsito em julgado.

Para o advogado previdenciário João Badari, o Supremo seguiu o princípio da segurança jurídica em seu julgamento e a vontade do legislador.

"Não houve nenhuma sinalização dos ministros, nos votos de quem concordou com atese, quanto a limitar período de atrasados de quem ainda não entrou na Justiça, por exemplo", afirmou.

A revisão da vida toda é uma correção limitada, que não beneficia qualquer aposentado, mas apenas aqueles que recebiam salários maiores antes de julho de 1994.

Além disso, parte dos beneficiados que não foram à

Justiça no prazo já pode ter perdido o direito.

Para quem não entrou na Justiça, a correção só pode ser solicitada em até dez anos, contados a partir do mês seguinte ao primeiro pagamento do benefício.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

13

Decisão do STF pode aumentar valores

Por 6 votos a 5, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem reconhecer a chamada revisão de toda vida de aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A decisão atinge aposentados que entraram na Justiça para pedir o recálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida. Segundo entidades que atuam na área de direito previdenciário, a decisão atinge quem passou a receber o benefício entre novembro de 1999 e 12 de novembro de 2019 e possui contribuições anteriores a julho de 1994.

Na decisão, o STF reconheceu que o beneficiário pode optar pelo critério de cálculo que renda o maior valor mensal, cabendo ao aposentado avaliar se o cálculo de toda vida pode aumentar ou não o benefício.

Reforma Segundo o entendimento, a regra de transição que excluía as contribuições antecedentes a julho de 1994, quando o Plano Real foi implementado, pode ser afastada caso seja desvantajosa ao segurado.

O processo julgado pelo STF trata de um recurso do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que garantiu a um segurado do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) a possibilidade de revisão do benefício com base nas contribuições sobre o período anterior ao ano de 1994.

Durante a tramitação do processo, associações que defendem os aposentados pediram que as contribuições previdenciárias realizadas antes de julho de 1994 sejam consideradas no cálculo dos benefícios.

Essas contribuições pararam de ser consideradas em decorrência da Reforma da Previdência de 1999, cujas regras de transição excluía da conta os pagamentos antes do Plano Real. Segundo as entidades, segurados do **INSS** tiveram redução do benefício em função da desconsideração dessas contribuições.

Impactos Responsável pela gestão do órgão, o governo federal sustentou no STF que a mudança agrava a situação fiscal do país, com impactos previstos de até R\$ 46 bilhões aos cofres públicos pelos próximos 10 a 15 anos.

Em fevereiro deste ano, o plenário virtual do STF já tinha formado maioria de 6 votos a 5 a favor da revisão da vida toda. Em seguida, um pedido de

destaque do ministro Nunes Marques suspendeu o julgamento virtual e a questão foi remetida ao plenário físico para julgamento nesta quinta-feira.

Os aposentados do **INSS** conseguiram uma vitória no Supremo Tribunal Federal, mas o processo ainda não chegou ao fim, pois o governo poderá entrar com embargos de declaração para definir o alcance da revisão, segundo especialistas.

A Advocacia-Geral da União (AGU), que representa o **INSS** na Justiça, informou que ainda vai analisar possíveis pedidos de modulação.

Espera Como o processo tem repercussão geral, o entendimento do Supremo deverá ser seguido em tribunais e varas previdenciárias do país, mas essa aplicação pode não ser imediata. Se houver apresentação de embargos, é possível que os tribunais aguardem o julgamento para só então retomarem a análise dos processos que estão suspensos, explica o advogado Roberto de Carvalho Santos, do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev).

Os ministros não podem mais mudar seus votos, mas os envolvidos ainda têm direito de entrar com os embargos em até cinco dias após a publicação do acórdão, segundo o Supremo. Essa publicação, por sua vez, deve ser feita em até 60 dias.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-d3c72e9ce3e5d94a4d58cdea05d46dc3.pdf

Supremo decide a favor da "revisão da vida toda" das aposentadorias

ANNA CAROLINA PAPP LAVÍNIA KAUCZ

Por 6 votos a 5, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem pela legalidade da chamada "revisão da vida toda" das aposentadorias. Agora, aposentados poderão incluir todas as suas contribuições ao **INSS** no cálculo do benefício.

Até então, só eram levados em conta os créditos previdenciários feitos a partir de julho de 1994, início do Plano Real. A regra derrubada pelo STF prejudicava beneficiários que tiveram salários mais altos antes desse período.

Os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber acompanharam o relator, Marco Aurélio Mello, já aposentado, a favor da tese. O ministro Kassio Nunes Marques, que retomou o julgamento ontem, abriu a divergência e foi seguido por Luis Roberto Barroso, Luiz Fux, Dias Toffoli e Gilmar Mendes. O ministro André Mendonça, que entrou na Corte para substituir Marco Aurélio, não votou.

Os ministros que votaram a favor da revisão defenderam que o segurado tem direito ao melhor benefício e que, em alguns casos, a lei de transição é prejudicial ao aposentado.

Já os ministros contrários à tese argumentaram que a revisão pode ser difícil em razão dos altos índices de **inflação** anteriores a 1994. Sustentaram ainda que o número de solicitações poderia colapsar o atendimento ao **INSS**. "Acreditamos que a decisão de hoje (ontem) foi a mais correta", disse Diego Cherulli, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

A nova regra só vai ser vantajosa caso o beneficiário tenha contribuído ao **INSS** com valores mais altos antes de 1994.

Assim, esse período, que hoje não é computado, passaria a ser considerado no cálculo da aposentadoria, elevando a média do benefício.

INCOMUM. Esse cenário, porém, é menos comum, pois tradicionalmente as pessoas começam a carreira com salários mais baixos. Trabalhadores que ganhavam menos antes do Plano Real não teriam

vantagem. Pelo contrário: se incluíssem os salários antigos, diminuiriam o valor da aposentadoria que recebem hoje.

"É um grupo muito reduzido entre os segurados que vai se beneficiar dessa revisão. São raros, porque a maioria começa ganhando pouco. Mas teve gente que teve a vida laboral invertida, principalmente quem se aposentou por idade", afirmou Cherulli.

Em março, quando a votação no STF foi interrompida por um pedido de vista de Nunes Marques, o governo disse que o impacto da decisão nos cofres públicos seria de R\$ 360 bilhões em 15 anos - o número é questionado por Cherulli. "O **INSS** fez esse cálculo como se a revisão fosse impactar todos os segurados. No meu escritório, por exemplo, só 5% a 6% dos clientes se encaixariam." Procurado ontem, o **INSS** não respondeu sobre o número de beneficiários que poderiam ser atingidos pela medida

Perguntas respostas

Nova regra pode ser vantajosa para quem contribuiu antes de 1994

Quem terá direito à revisão?

Pela regra, tem direito à revisão quem se aposentou há no máximo dez anos, antes da reforma da Previdência de 2019, e que tenha contribuído para o **INSS** antes de 1994. Isso porque a Lei 9.876, de 1999, estabeleceu que as contribuições anteriores a julho de 1994, início do Plano Real, não seriam contabilizadas no cálculo do benefício previdenciário.

I Com a aprovação no STF, a revisão da vida toda será automática?

A revisão da vida toda não será automática. Só vai ser beneficiado quem já tem processo em andamento na Justiça ou quem entrar com uma ação e se encaixar no prazo exigido.

I Como saber se a revisão da vida toda é vantajosa?

Quem teve salários mais altos antes do Plano Real pode, potencialmente, se beneficiar com a revisão e aumentar o valor da aposentadoria.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mudança em benefício por invalidez e pensão

RIO

prejudicou os mais pobres, sobretudo aposentados e pensionistas do **INSS**.

A reforma da Previdência, que completou três anos neste mês, está na mira da equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. O grupo de trabalho que cuida do tema elegeu dois pontos para serem revistos: pensão por morte e aposentadoria por invalidez. Com as mudanças aprovadas no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, o valor desses benefícios deixou de ser integral.

A ideia do novo governo é mudar as regras de cálculo para aumentar os vencimentos, o que pode reduzir a economia prevista com a reforma.

Segundo integrantes do grupo temático de Previdência, a intenção é que a pensão por morte, hoje equivalente a 50% do valor do benefício mais 10% por dependente, suba para algo entre 70% e 80%. O percentual dos dependentes seria mantido.

Já a aposentadoria por invalidez voltaria a ser paga em valor integral. Atualmente, o benefício corresponde a 60% da média das contribuições, mais 2% a cada ano que exceder os 15 anos de contribuição. Nos dois casos, os beneficiários não podem receber valor inferior ao salário mínimo, já de acordo com as regras atuais.

A revisão dos cálculos desses benefícios faz parte de um relatório sobre a Previdência que trará ações previstas para os primeiros cem dias do futuro governo.

RECÁLCULO

As medidas que o governo eleito quer mudar teriam impacto retroativo, segundo o rascunho que está sendo elaborado. Ou seja, pensões e aposentadorias por invalidez concedidas a partir do início da vigência da reforma, em 13 de novembro de 2019, seriam recalculadas, explicou um técnico do grupo de trabalho.

O novo valor, no entanto, só valeria a partir da aprovação da medida. Não haveria o pagamento retroativo da diferença entre o antigo valor e o novo.

Um dos motivos alegados por integrantes do grupo técnico para revisar os dois pontos é que a reforma

Projeto de IR avança na Câmara

O projeto que inclui a doação a hospitais filantrópicos na dedução do Imposto de Renda avançou na Câmara dos Deputados. De autoria da deputada federal Liziane Bayer (Republicanos), o texto teve o parecer aprovado na Comissão de **Seguridade Social** e Família na Câmara. "É um projeto importantíssimo para a saúde pública do país. Sabemos que há um potencial enorme de recursos financeiros oriundos de **impostos** que não são doados por pessoas físicas e empresas. Esse dinheiro poderia transformar o sistema de saúde e salvar milhares de vidas", afirma.

Se aprovado, as pessoas físicas terão as doações deduzidas do valor a ser pago no IR, respeitando o teto de 6% do imposto devido. Já a pessoa jurídica que desejar doar a hospitais filantrópicos poderá deduzir esse valor das bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre o lucro líquido até o limite de 2% do lucro operacional. Em seu parecer, a relatora do projeto na Comissão, deputada Car-men Zanotto (Cidadania/SC), destacou que o PL não cria despesas novas, mas apenas permite uma realocação do limite de deduções existentes, passando a financiar hospitais.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10541>

União: quase 10 mil migraram para previdência complementar - SERVIDOR

Camila pontes

O prazo para os servidores federais aderirem ao regime da Fundação de **Previdência Complementar** do Servidor Público Federal (Funpresp), com vantagem no cálculo do benefício especial (que vai compor a renda de aposentadoria), terminou quarta-feira, e 9.721 pessoas migraram para o novo sistema, segundo balanço preliminar divulgado pelo Ministério da Economia. Esse número

pode chegar a 10 mil adesões, de acordo com a pasta, quando forem computadas todas as últimas adesões.

Segundo o ministério, de 26 de maio a 21 de novembro, 3.373 servidores haviam migrado do Regime Público de Previ-dênda Social (RPPS) para o Regime de Previ-dênda Complementar (RPC). Portanto, a maior parte das adesões ocorreu nos últimos dias.

Lula pretende revisar aposentadorias

Equipe de transição de Lula estuda mudanças para aposentados

GERALDADOCA DA AGÊNCIA O GLOBO

A reforma da Previdência, que completou três anos este mês, está na mira da equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O grupo de trabalho que cuida do tema elegeu dois pontos para serem revistos: pensão por morte e aposentadoria por invalidez. Com as mudanças aprovadas o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro (PL), o valor desses benefícios deixou de ser integral.

A ideia do novo governo é mudar as regras de cálculo para aumentar os vencimentos, o que pode reduzir a economia prevista com a reforma nos próximos anos.

Segundo integrantes do grupo temático de Previdência, a intenção é que a pensão por morte, hoje equivalente a 50% do valor do benefício mais 10% por dependente, suba para algo entre 70% e 80%. O percentual dos dependentes seria mantido.

Valor integral Já a aposentadoria por invalidez voltaria a ser paga em valor integral. Atualmente, o benefício corresponde a 60% da média das contribuições, mais 2% a cada ano que exceder os 15 anos de contribuição.

Nos dois casos, os beneficiários não podem receber valor inferior ao salário mínimo, já de acordo com as regras atuais.

A revisão dos cálculos desses benefícios faz parte de um relatório sobre a Previdência que trará ações previstas para os primeiros cem dias do futuro governo.

Também constarão no documento medidas para melhorar a gestão do regime de aposentadoria, como reduzir as filas nas agências do **INSS**. Entre as propostas estarão a realização de concursos para contratação de mil novos servidores e a atualização dos sistemas.

As medidas que o governo eleito Equipe divulgará dois relatórios

AGÊNCIA O GLOBO

A equipe de transição que trata do tema deverá

divulgar dois relatórios. Um deles já está praticamente pronto e vai trazer um diagnóstico da gestão da Previdência no atual governo.

Em julho do 2021, Bolsonaro editou uma medida provisória recriando o Ministério do Trabalho e Previdência, para atender aliados políticos. Neste documento, deve quer mudar teriam impacto retroativo, segundo o rascunho que está sendo elaborado. Ou seja, pensões e aposentadorias por invalidez concedidas a partir do início da vigência da reforma, em 13 de novembro de 2019, seriam recalculadas, explicou um técnico do grupo de trabalho. O novo valor, no entanto, só Valeria a partir da aprovação da medida. Não haveria o pagamento retroativo da diferença entre o antigo valor e o novo.

Prejuízo aos mais pobres

Um dos motivos alegados por integrantes do grupo técnico para revisar os dois pontos é que a reforma prejudicou os mais pobres, sobre constar pedido para a criação de uma pasta exclusiva para a Previdência. O outro relatório trará as propostas de mudança na pensão por morte e na aposentadoria por invalidez.

Para o especialista Paulo Tafner, o futuro governo deveria tomar medidas para aperfeiçoar o regime previdenciário e não aumentar gastos, diante do rápido processo de envelhecimento da população brasileira: tudo aposentados e pensionistas do **INSS**. Dizem ainda que a regra de cálculo do auxílio-doença, que corresponde a 91% da média das contribuições, permaneceu mais vantajosa e, por isso, seria necessário mexer nas normas da aposentadoria por invalidez e da pensão.

As mudanças no regime de aposentadoria foram uma das reformas mais importantes da gestão Bolsonaro do ponto de vista de contas públicas. A economia projetada em dez anos é de R\$ 800 bilhões. Desse total, R\$ 78,6 bilhões viriam das alterações nas regras da aposentadoria por invalidez.

Já as mudanças na pensão por morte responderiam por R\$ 101,1 bilhões no **INSS** e por R\$ 11,2 bilhões no regime dos funcionários públicos federais.

"O que me parece é que estão na direção errada. As propostas estão indo na direção de aumento de gastos, e não de redução. Apesar do enorme avanço decorrente da melhor reforma já feita no Brasil, ainda há muito o que fazer.

Entre o que falta, Tafner cita colocar em vigor o aumento automático da idade em função de dados demográficos e reduzir diferenças ainda existentes por categoria profissional.

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2288/02-12-2022/>

Zema quer aprovar privatização da Codemig até o fim deste ano

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

Texto tramita na Casa desde 2019 e foi pautado em comissão na terça

O governo de Romeu Zema (Novo) tenta convencer a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) a colocar em votação ainda neste ano o projeto de lei que autoriza a privatização da Codemig, empresa que tem como principal atividade a exploração de nióbio. O Palácio Tiradentes quer que o texto seja incluído na lista das propostas que serão votadas até o recesso parlamentar, previsto para 20 de dezembro. Outros projetos que já estão na lista são o Orçamento de 2023 e a prorrogação da cobrança extra de ICMS sobre bens supérfluos.

O desejo do governo, no entanto, sofre resistência. Em uma reunião na última segunda-feira, os deputados que integram o Colégio de Líderes rejeitaram a proposta de votar a privatização da estatal ainda neste ano. Os dois lados tentam chegar a um acordo sobre os projetos que sejam votados para que Zema retire a urgência do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), primeiro passo necessário para destrancar a pauta de votação. Há ainda dez vetos que precisam ser analisados. Apenas após essas providências é que outros projetos de lei podem ser votados.

A resistência à venda da Codemig vem principalmente da oposição capitaneada pelo PT, que poderia obstruir a votação e prejudicar a aprovação tanto do Orçamento do próximo ano como da cobrança adicional do ICMS. O fim da alíquota extra do imposto, que sairia de 27% para 25%, faria com que o governo deixasse de arrecadar de R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão no ano que vem.

Além disso, a avaliação é que não há clima político para votar uma privatização neste momento devido à eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a Presidência da República. A equipe de transição já pediu a suspensão da privatização da CeasaMinas, e petistas mineiros querem que a medida também seja aplicada à privatização da CBTU, empresa responsável por administrar o metrô de Belo Horizonte - os leilões dos dois estão marcados para 22 de dezembro. O governo Zema apoia os dois projetos.

Resgate. O projeto de privatização da Codemig foi

apresentado por Zema em outubro de 2019, mas ficou engavetado na Casa desde então. Na última terça-feira, o texto foi colocado na pauta da reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CGJ) marcada para as 11h.

A reunião foi cancelada, e uma nova foi convocada para às 11h30 do mesmo dia, mas sem a privatização da Codemig na pauta, sinal da resistência dos deputados em discutir o projeto neste fim de ano.

Para obter autorização para vender a Codemig, Romeu Zema precisa dos votos de 47 dos 77 deputados estaduais. O projeto, além de passar pela CCJ e ser analisado também pelos colegiados de Administração Pública, de Desenvolvimento Econômico e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, tem que ser aprovado em dois turnos no plenário.

Esta é a segunda investida do Palácio Tiradentes neste ano para tentar aprovar a privatização da Codemig. Na primeira delas, no mês de fevereiro, Zema pediu que a Assembleia votasse o projeto com urgência, ou seja, em no máximo 45 dias.

O presidente do Legislativo, Agostinho Patrus (PSD), rejeitou o pedido, pois, pela Constituição do Estado e pelo Regimento Interno, projetos que exigem quórum qualificado - votos favoráveis de três quintos dos deputados, como é o caso de privatizações - não podem ser objeto de pedido de urgência.

Entenda o projeto

-Proposta. No texto do projeto enviado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o governador Romeu Zema (Novo) pede autorização tanto para a privatização da Codemig, isto é, a venda total da empresa, como para diversos modelos de desestatização, em que o governo do Estado perderia o controle acionário da estatal, mas poderia manter parte das ações.

-Como poderia ser. Entre as opções colocadas pelo governo do Estado estão a abertura ou o aumento de capital, o que diluiria o peso das ações do governo de Minas Gerais, e até mesmo a concessão ou a criação de uma Parceria Público-Privada (PPP) para tocar a Codemig.

-Destino do dinheiro. O projeto de lei enviado ao Legislativo estadual ainda em 2019 - primeiro ano da administração de Romeu Zema - também deixa claro que o dinheiro obtido pelo Palácio Tiradentes com a venda da Codemig poderá ser utilizado para bancar os déficits da **Previdência Social** dos servidores estaduais. Desde o envio do texto, porém, sua tramitação não caminhou na Assembleia mineira.

"A privatização da empresa é essencial para o sucesso do RRF, uma vez que, a partir do valor obtido com a venda, o Estado conseguirá diminuir o estoque dos restos a pagar e reduzir o superendividamento público."

Governo de Minas

Governo diz que venda é essencial

O A reportagem tentou contato com os líderes de governo e do bloco de governo na Assembleia Legislativa de Minas (ALMG), mas não tinha obtido retorno até a conclusão desta reportagem. Por meio de nota, a assessoria de imprensa do Palácio Tiradentes informou que as desestatizações são uma realidade da economia mundial, mas ressaltou que elas não são mais obrigatórias para o ingresso no Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

"Em relação à Codemig, porém, na avaliação do governo estadual, a privatização da empresa é essencial para o sucesso do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), uma vez que, a partir do valor obtido com a venda, o Estado conseguirá diminuir o estoque dos restos a pagar e reduzir o superendividamento público", diz o texto enviado pelo governo de Minas.

Dinheiro. A Codemig deu lucro para o governo de Minas Gerais em todos os últimos anos, desde 2014. No ano passado, por exemplo, o lucro líquido da empresa estatal mineira foi de R\$ 1,2 bilhão. O principal ativo da estatal é o direito de lavra sobre uma mina de nióbio localizada no município de Araxá, no Triângulo Mineiro.

Na prática, a mineração na ponta é realizada pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), empresa privada que detém o direito de lavra sobre uma segunda mina no município. A CBMM repassa 25% do lucro das minas à Codemig.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Bloqueio de R\$ 5,7 bi ocorre em momento de arrecadação recorde

SIMON NASCIMENTO

Economia já reteve R\$ 15,3 bi desde janeiro para cumprir o teto de gastos

O superávit primário do Brasil - resultado positivo das receitas e despesas do governo exceto pagamento de juros - somou RS 64,4 bilhões nos últimos 12 meses. O desempenho não impediu que o Ministério da Economia iniciasse, na segunda-feira (28), o bloqueio de RS 5,66 bilhões no Orçamento destinado a gastos não constitucionais e que financiam serviços e programas públicos de 20 ministérios.

Desde janeiro, a retenção na receita ministerial chega a RS 15,3 bilhões. O contingenciamento ocorre devido às regras do teto de gastos públicos, que proíbem um gasto federal superior ao Orçamento do ano anterior corrigido pela inflação. Outro fator que direcionou para o contingenciamento foi a necessidade de encaixe, ainda no Orçamento deste ano, de RS 3,8 bilhões da Lei Paulo Gustavo aos Estados e municípios para minimizar os impactos da pandemia no setor cultural, determinado pelo Supremo Tribunal Federal.

Professor de economia e analista aposentado do Banco Central. Paulo César Feitosa frisa que os bloqueios impactam diretamente algumas atividades. A emissão de passaportes foi suspensa pela Polida Federal em 19 de novembro, sem previsão de retomada do serviço. Na educação, universidades federais alegam que podem não conseguir arcar com custos básicos, como água e luz, mesmo com parte da verba desbloqueada.

Ele lembra que a retenção financeira ocorre em meio à melhor arrecadação do governo federal desde 1995, que ultrapassou RS 1,8 trilhão em outubro, e antecipação do recebimento dos dividendos de estatais - RS 48 bilhões só da Petrobras. Para ele, a tendência de aumento da dívida previdenciária no país, considerando o envelhecimento da população, consome praticamente todo o crescimento da despesa. Atualmente, cerca de 5 milhões de pessoas têm processos de aposentadoria em análise no INSS.

O cenário dificulta reajustes de salários do funcionalismo, congelados desde 2018. "Se você só pode aumentar o gasto de um ano para o outro com

base na inflação, significa que, se a inflação for zero, não se pode aumentar os gastos do governo de um ano para o outro", destaca Feitosa.

Economista e professora de MBAs da Fundação Getúlio Vargas, Carla Beni Menezes diz que o Brasil passa por uma bagunça orçamentária "gigantesca". "No superávit, em grande parte, o responsável foi justamente a lucratividade gigantesca da Petrobras", observa.

Para especialistas, a regra fiscal precisa ser repensada

Especialistas alertam que as despesas do governo precisam de uma flexibilidade maior. Paulo César Feitosa, analista aposentado do Banco Central, defende que a âncora fiscal deixe de seguir a inflação, mas esteja associada ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo ele, ainda há possibilidades de se relacionar o gasto do Executivo à dívida pública. "Se a evolução for positiva, você terá margem para aumentar um valor a mais no teto", diz ele, explicando que, se a evolução ficar abaixo do esperado, há limites menores de flexibilidade. "Uma nova âncora fiscal deveria abraçar metas de endividamento público de médio prazo, com estratégias de desenvolvimento econômico e social em longo prazo", diz a professora Carla Beni, da Fundação Getúlio Vargas.

Verba é retida horas após ser liberada

Em um intervalo de menos de seis horas, o governo federal desbloqueou e voltou a bloquear os recursos das universidades e institutos federais.

No início da tarde, R\$ 344 milhões haviam sido liberados para uso das instituições pelo Ministério da Educação (MEC). Antes que a verba pudesse ser usada para qualquer pagamento, o Ministério da Economia, no entanto, fez novo bloqueio no fim da tarde.

Reitores se dizem estupefatos com o ocorrido, que classificam como "molecagem" e "bagunça" do governo. Também afirmam que a situação financeira das universidades está insustentável e não terão condições de pagar contas e bolsai de estudantes até o fim do ano. Procurado, o Ministério da Educação

(MEC) não respondeu à reportagem.

O bloqueio inicial dos recursos às universidades federais havia sido feito na segunda-feira (28). A medida tinha travado cerca de R\$ 1,4 bilhão na área da educação, sendo R\$ 344 milhões de universidades.

As universidades não conseguem precisar ao certo qual o valor do novo corte feito pelo Ministério da Economia; só será possível visualizar hoje, no sistema federal. Reitores temem que o valor possa ser ainda maior.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Para especialistas, mudanças na Previdência previstas pelo novo governo aumentam risco fiscal e desvirtuam reforma

Para especialistas, as mudanças estudadas pela equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na reforma da Previdência tendem a aumentar os gastos, comprometendo ainda mais o quadro fiscal, além de desvirtuarem os princípios das mudanças aprovadas em 2019.

Como revelou ontem O GLOBO, a equipe de transição estuda uma forma de o futuro governo revisar o pagamento de benefícios como pensão por morte e aposentadoria por invalidez. Com as mudanças aprovadas o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro (PL), o valor desses benefícios deixou de ser integral. O novo governo quer aumentar os valores.

Para o ex-secretário de Previdência e ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Leonardo Rolim, alterações no cálculo desses benefícios reduziram a economia da União com a Previdência pretendida pela reforma. Na visão dele, isso dificultaria o fortalecimento de outras políticas sociais:

- Todas as mudanças que foram feitas preservaram os benefícios ligados aos contribuintes que ganhavam até um salário mínimo, que é onde estão os mais pobres. Essa faixa representa dois terços dos benefícios previdenciários, mas apenas 40% das despesas. A nossa regra de pensão ainda é uma das mais benevolentes do mundo, apesar das mudanças que começaram no governo Dilma, com a restrição da idade da pensionista, e que foram concluídas com a reforma.

Rolim avalia que o impacto fiscal elevado que pode ser provocado por esse tipo de revisão contradiz o argumento de proteção aos mais pobres:

- A reforma previdenciária criou, por exemplo, margem fiscal para expandir o Auxílio Brasil. A aposentadoria por invalidez precisa ter relação direta com a por idade. Você não pode pagar mais para a por invalidez do que para a por idade. Cria injustiça distributiva, além de um incentivo adverso para as pessoas forçarem a aposentadoria por invalidez.

O professor sênior da Faculdade de Economia da

USP, Helio Zylberstajn, também diz que alterações podem implicar em impacto fiscal, mesmo que não sejam retroativas:

- Isso vai reduzir o impacto da reforma que foi feita lá atrás. Essas medidas em especial são pontuais e o que deveríamos esperar é um exame global da Previdência, porque, mesmo com a reforma, a diferença entre a receita e a despesa é astronômica. Isso sinaliza que precisamos de uma reforma mais profunda, e não vemos essa disposição.

Perigo de ir muito além

Além disso, como o texto precisará passar pelo Congresso, os especialistas alertam que podem ocorrer mudanças mais profundas que a ideia original do novo governo.

- O impacto é substancial com essas duas medidas e pode aumentar no Congresso, porque pode ocorrer pressão por outras mudanças. O gasto previdenciário é despesa obrigatória. Caso gaste mais, terá que cortar em outro lugar - destaca Rolim.

O ex-secretário de Previdência lembra que, em diversos países, os governos têm encaminhado propostas ao Congresso no sentido de tornar as regras previdenciárias mais rígidas devido a mudanças na demografia, com aumento da expectativa de vida e redução da taxa de fecundidade.

- E o Brasil é um dos países que está fazendo essa transição demográfica de forma mais rápida no mundo. O auge do bônus demográfico nós já perdemos. Se, por um lado, a reforma teve um efeito de conter despesas e com um enfoque naqueles que têm melhores benefícios, a transição demográfica vai consumir esses ganhos que a reforma trouxe - diz Rolim, para quem o novo governo pode investir no aperfeiçoamento da reforma em pontos que não puderam avançar, como a criação de uma camada de capitalização, ideia já proposta pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Ele é contrário a reduções no valor do auxílio doença, pelo fato de o benefício ter um caráter temporário.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/12/para-especialistas-mudancas-na-previdencia-previstas-pelo-novo-governo-aumentam-risco-fiscal-e-desvirtuam-reforma.ghtml>

É erro grave a visão do novo governo sobre a Previdência

Editorial

É um equívoco grave a forma como a equipe de transição encara a questão previdenciária. Pelas informações preliminares, a intenção é rever as regras da reforma da Previdência de 2019 em dois pontos: pensão por morte e aposentadoria por invalidez. Se houver aumento em ambas sem redução equivalente noutras rubricas, estará contratado um aumento substancial num dos maiores gastos do Estado - mais gasolina para inflamar a já explosiva bomba fiscal armada para o início da gestão Luiz Inácio Lula da Silva.

Parece inacreditável que os economistas ligados ao PT não entendam os desafios do Brasil. Com o aumento da expectativa de vida, os gastos do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) saíram de 6% do **PIB** em 2002 para quase 10% no ano passado. Há vários anos a receita fica abaixo da despesa. O problema só tende a piorar com o envelhecimento da população.

Reforma da Previdência : governo Lula quer mudar pensão por morte e aposentadoria por invalidez

Foi com o objetivo de começar a resolvê-lo que há três anos o governo Jair Bolsonaro, aproveitando negociações iniciadas na gestão Michel **Temer**, promoveu a reforma para aumentar o período de contribuição, elevar a idade mínima para aposentadoria e limitar o valor de pensões, entre outros pontos. Com a aprovação, calculou-se uma economia de R\$ 1 trilhão no período entre 2020 e 2029. Caso o PT vá em frente com a ideia de alterar a reforma, aproximadamente 20% desse impacto positivo simplesmente virará pó.

Um novo governo deveria preparar uma nova reforma para enfrentar problemas não resolvidos pela anterior. Não falta o que fazer. Levando em conta as projeções demográficas, é preciso aumentar a idade de aposentadoria para homens, diminuir a distância nas regras para ambos os gêneros e elevar as idades exigidas no meio rural. Para não falar na barafunda de privilégios que restaram intocados, de professores a militares. O economista Paulo Tafner defende um gatilho automático para aumentar a idade de aposentadoria em função de dados demográficos.

Haddad: Governo eleito ganha tempo com PEC para encaminhar **reforma tributária** e nova âncora fiscal

Para justificar o aumento na pensão por morte e a aposentadoria por invalidez, integrantes da equipe de transição alegam que a reforma prejudicou os mais pobres. É uma afirmação que precisaria ser embasada com dados. Caso seja comprovado que ela foi determinante no aumento da pobreza, a equipe de transição deveria identificar as famílias afetadas, dizer quem são e onde vivem. De posse de tais informações, seria possível analisar se há programas sociais capazes de atendê-las ou demanda para criar algum outro com novo foco. Daria para atacar assim o problema de quem realmente precisa de ajuda, sem criar uma nova regra que abarca todos, dura para sempre e agrava o déficit da Previdência.

A Previdência jamais deveria ser encarada como programa social. Ela tem outra finalidade, e um dos principais problemas do arcabouço previdenciário brasileiro é justamente cumprir uma função que não está na sua natureza. Desfazer essa confusão é um objetivo que a reforma de 2019 infelizmente foi incapaz de cumprir. Criar programas sociais com foco, separados da Previdência, deveria ser outra meta de quaisquer novas mudanças.

Lula prometeu na campanha que promoveria mudanças na Previdência. Se for em frente com o plano de sua equipe de transição, jamais poderá ser acusado de ter promovido um estelionato eleitoral. O estelionato será com as gerações futuras, que ficarão com a conta.

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2022/12/e-erro-grave-a-visao-do-novo-governo-sobre-a-previdencia.ghtml>

Equipe de Lula vai apontar uso eleitoral de Auxílio

BRASÍLIA Agência Estado

O governo de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai acionar a Justiça Eleitoral e órgãos de controle para que se apure fortes indícios de abuso de poder econômico e político do governo Jair Bolsonaro, em medidas que fizeram explodir a oferta do Auxílio Brasil em pleno período eleitoral. Cerca de 2,5 milhões de cadastros serão analisados e correm o risco de perder o benefício.

Os dados compilados pelo grupo técnico do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome mostram o número de famílias unipessoais, ou seja, com apenas um integrante, saltou de 1,8 milhão em 2018 para 5,5 milhões em outubro deste ano. O atual desenho do Auxílio Brasil, que voltará a se chamar Bolsa Família, estimula essa "divisão", pois leva em conta a renda familiar, não a per capita. Dessas 5,5 milhões de famílias com apenas um indivíduo, 2,5 milhões serão averiguadas, sob suspeita de receberem o benefício de forma irregular - 1,1 milhão em janeiro e 1,4 milhão em fevereiro.

"Não foi alteração de mudança de comportamento da população, mas sim da fórmula do cadastro, a forma como foi desenhado, a falta de comunicação, a indução ao erro, a desorganização das políticas públicas", disse a ex-ministra Tereza Campello, membro do grupo técnico. "São as consequências desse mal-feito, da forma e da incompetência desse governo, com benefícios pagos em duplicidade, erros de exclusão gigantescos, deturpação de dados do cadastro único, prejudicando todos os demais programas.

A população foi induzida a se cadastrar dessa forma, portanto, não é um mal-feito da pessoa pobre, mas do Estado, do governo, do presidente Bolsonaro." O flagrante de que o governo Bolsonaro deixou a liberação dos benefícios correr frouxa se confirmou em novembro, segundo o governo de transição, assim que foram encerradas as eleições que deram vitória a Lula. O governo atual anunciou que deverão ser feitas, em janeiro e fevereiro do ano que vem, averiguações para confirmar a regularidade de 2,5 milhões de beneficiários suspeitos de receberem o benefício irregularmente.

O grupo técnico afirmou que, nos últimos três anos, o

programa de transferência de renda passou por oito mudanças profundas realizadas por Bolsonaro. "Isso gera um nível de desorganização das políticas públicas e de confusão para os beneficiários.

Estão jogando a culpa na população empobrecida, quando, na verdade, o próprio governo conduziu esse processo dessa forma, em completa ausência de apoio e orientação às famílias, com a desorganização do sistema de assistência social, com a desinformação, inclusive, do próprio sistema", comentou Campello.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) afirmou que os dados serão levados a todas as instâncias competentes. "Nós temos uma questão de crime eleitoral que precisa ser analisada. Nós, como **servidores públicos** nomeados, temos, sob pena de crime de prevaricação, em tendo suspeitas ou indícios, que levar às autoridades competentes.

Estaremos encaminhando isso para a Controladoria-Geral da União, para a Justiça Eleitoral e todas as autoridades cabíveis. O processo pode gerar, inclusive, a inelegibilidade de algumas autoridades públicas, se comprovado que essas medidas tiveram fim eleitoral", comentou.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/74>

Arthur Lira é a ducha fria da realidade (Artigo)

Rudolfo Lago

Rudolfo Lago

É DIRETOR DO **CONGRESSO EM FOCO** ANÁLISE.
GANHADOR DO PRÊMIO ESSO

No mundo ideal, o novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva certamente gostaria de ver um outro nome que não Arthur Lira (PP-AL) no comando da Câmara dos Deputados. Na vida real, porém, o PT já teve experiências amargas no passado que recomendam fortemente que aceitem tomar agora a ducha fria da realidade. A reeleição de Arthur Lira, por pior que ela seja, é hoje quase uma constatação da realidade tão forte como a certeza de que o sol vai nascer amanhã quando terminar a noite.

Como mostrou Edson Sardinha no **Congresso em Foco**, a federação PT/PCdoB/PV e o PSB deverão oficializar seu apoio à reeleição de Arthur Lira. Não porque ache a condução de Lira no comando da Câmara maravilhosa. O deputado de Alagoas foi ponta de lança no apoio ao governo de Jair Bolsonaro. Sentou em cima de todos os pedidos de impeachment. Apoderou-se da chave do orçamento secreto. Mas ele muito provavelmente venceria a eleição para continuar na Câmara em fevereiro com ou sem o apoio da federação que ampara o novo governo.

Assim, a prudência recomenda não brigar com Arthur Lira.

Até pelo que o PT já viu acontecer no passado quando quis brigar com a realidade.

Em 2005, o PT no primeiro governo Lula tinha tanta certeza do seu poderio que lançou não apenas um, mas dois candidatos à Presidência da Câmara. O deputado Virgílio Guimarães (MG) resolveu à época enfrentar o nome oficial do partido, que era Luís Eduardo Greenhalgh (SP). Os dois acabaram perdendo a eleição para o improvável Severino Cavalcanti (PP-PE). A vitória de Severino marcou o início da ascensão do Centrão ao comando da Câmara. Severino foi breve, colhido pelo episódio do mensalinho. Mas a Câmara nunca mais foi a mesma depois disso.

Em 2015, reeleita Dilma Rousseff, ela resolveu lançar

o petista Arlindo Chinaglia (SP), ignorando que o PMDB era seu aliado e o partido de seu vice-presidente Michel **Temer**. Chinaglia perdeu a eleição para Eduardo Cunha (na época no PMDB do Rio, agora filiado ao PTB). Eduardo Cunha infernizou a vida de Dilma. No comando do Centrão, inviabilizou o seu governo. Não permitiu a ela que nada de importante que ela propunha passasse. Jogou o governo numa imensa crise, que terminou quando ele desengavetou o pedido de impeachment contra Dilma.

Lula chega ao governo pela terceira vez em um quadro muito parecido com a da reeleição de Dilma. Sua vantagem para Jair Bolsonaro foi ainda menor que a vantagem de Dilma sobre seu adversário, Aécio Neves (PSDB-MG), que já tinha sido muito apertada.

Lula nem tomou posse ainda e já depende da boa vontade de Arthur Lira para aprovar a PEC da Transição. Terá outros embates ao longo do seu governo com a turma bolsonarista de verde e amarelo bufando no seu cangote em acampamentos em frente aos quarteis e em rodovias bloqueadas. Lula enfrentará a novidade da militância contra ele. E uma militância violenta, disposta a tudo.

É evidente que Arthur Lira não é o presidente da Câmara dos sonhos de Lula. É evidente que Lula muito provavelmente gostaria de pegar de volta a chave do cofre do orçamento (e reza agora para que o Supremo Tribunal Federal a devolva). Mas Lula não tem saída. Arthur Lira é uma realidade. Como o sol que vai nascer amanhã.

Lula projeta ministério com mais de 30 pastas

O presidente eleito Lula pretende trabalhar com cerca de 30 ministérios e secretarias com igual status no início do seu terceiro mandato. O número deverá ser próximo ao de sua primeira gestão, quando começou com 30, e menor que o do segundo governo, iniciado com 35. Os nomes dos novos ministros serão anunciados nos próximos dias, por etapas.

Abaixo, uma projeção dos possíveis ministérios, ainda sujeitos à palavra final de Lula, aponta para 32 pastas. A ideia de dar à área de segurança pública um ministério independente, conforme anunciado na campanha, parece ter sido definitivamente abandonada, a pedido do provável ministro da Justiça, Flávio Dino.

Veja a lista dos prováveis ministérios de Lula:

Lula tem feito segredo das suas escolhas, mas ao menos quatro auxiliares são dados como certos por interlocutores próximos ao presidente, conforme apuração do **Congresso em Foco**: além de Dino, na Justiça, Fernando Haddad (Fazenda), José Múcio (Defesa) e Marco Aurélio de Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência).

O presidente eleito tem conversado com partidos que não apoiaram sua candidatura, como o União Brasil, o PSD e MDB, para integrar o seu governo. A definição do ministério também passa pela construção da base de apoio dele no Congresso. Por causa dessas articulações, há possibilidade de alguma mudança de última hora no desenho do ministério.

A intenção é contemplar novos e antigos aliados com cargos. Mas o PT, do próprio presidente, e o PSB, do vice Geraldo Alckmin, devem ter espaço privilegiado na Esplanada.

O presidente Jair Bolsonaro, que se elegeu prometendo trabalhar com "no máximo 15 ministérios", começou com 22 pastas e terminará o mandato com 23. Integrantes da equipe de transição alegam que as mudanças a serem feitas pelo novo governo não terão impacto econômico, já que alguns ministérios serão apenas desmembrados de outros para gozar de maior autonomia financeira e protagonismo político.

É o caso, por exemplo, do Ministério do Planejamento, que desde janeiro de 2019 faz parte do Ministério da

Economia. Com Lula, a pasta hoje comandada por Paulo Guedes voltará a ser o Ministério da Fazenda. O Ministério do Trabalho e Previdência, retirado da Fazenda para contemplar Onyx Lorenzoni em uma das reformas ministeriais de Bolsonaro, deverá dar lugar a duas pastas, cada uma tratando da respectiva temática.

Lula também quer dar maior visibilidade e poder de atuação a ministérios da área social, com a criação inédita da pasta dos Povos Originários, voltada para a população indígena, e a recriação dos ministérios de Direitos Humanos, da Igualdade Racial e de Políticas para Mulheres.

A Pesca, que hoje tem status de secretaria dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, também deve voltar a ter estrutura independente. Desde a redemocratização do país, o governo que começou com o menor número de ministérios foi o de Fernando Collor, com 14, e o de maior quantidade de pastas foi a segunda gestão de Dilma Rousseff, com 39. Curiosamente, os dois foram os únicos presidentes cassados em processo de impeachment na história do país.

Líderes petistas argumentam que o aumento de ministérios, além do baixo impacto financeiro, permitirá melhorar o desempenho das diversas políticas públicas.

PIB continua a andar em ritmo mais acelerado do que se imaginava

Vinícius Torres Freire são paulo

A economia brasileira esfria, lentamente, como mais ou menos previsto e previsível. Mas continua a andar em ritmo mais acelerado do que se imaginava. Mesmo que a produção ou a renda (o **PIB**) deste trimestre final do ano não aumente (em relação ao trimestre anterior), cresce 3,1%.

Bom? Hum. Na média dos últimos quatro anos (2019 a 2022), teria então crescido perto de 1,5% ao ano. O mesmo ritmo de 2017 a 2019. É menos do que medíocre. A dúvida é saber se o desempenho mais recente tem alguma novidade. Isto é, se é mais do que compensação da paradeira de 2020: se é uma demonstração de que o **PIB** agora pode crescer um pouco mais do que 1,5% ao ano.

Na hipótese otimista, "reformas" econômicas (trabalhista, previdenciária, facilitação de investimento privado) teriam aumentado um tico o potencial de crescimento brasileiro. É possível que, por causa da epidemia e na reconstrução, empresas tenham adotado métodos mais eficientes de produzir. Ainda não dá para saber.

Quanto ao futuro imediato, 2023 deve ser de crescimento menor, por causa das taxas de juros altas e do resto do mundo, que vai capengar. O ritmo pode ser melhor ou pior, a depender do que vá se fazer do problema fiscal: se o governo Lula 3 vai arrumar um jeito de conter o crescimento da dívida pública. Se não arrumar e tudo mais constante, as taxas de juros permanecerão altas, o dólar continuará caro, a **inflação** cairá menos.

Quanto ao terceiro trimestre, não houve surpresa. O crescimento foi de 0,4% em relação ao segundo trimestre. A mediana das estimativas dos economistas dava 0,6%. Mas não se pode dizer que o resultado foi "menor do que o esperado" porque houve revisões do crescimento de 2021 (que foi de 5%, não de 4,6%) e de 2022.

Assim, as estimativas dos economistas foram meio para o vinagre. Antes das revisões, o crescimento esperado para 2022 estava na casa de 2,8% (supondo que o quarto trimestre seja de estagnação). Agora, vai para 3,1%, como se notou no início deste texto.

Até o terço inicial deste ano, previa-se que o **PIB** encolheria no segundo semestre. Mas vai crescer, embora se estime que o quarto final do ano seja de estagnação, ou quase isso. Ainda estamos no embalo da recuperação extraordinária no setor de serviços, depois do pior da epidemia, e da construção civil.

Quanto à "demanda doméstica", consumo das famílias, consumo do governo e investimento cresceram 1,4% (ante 1,9% no segundo trimestre). O resultado do **PIB** foi menor porque estamos importando mais bens e serviços do que exportando (estamos gastando mais lá fora do que aqui dentro, grosso modo). Talvez seja um sinal de que estejamos crescendo perto de algum limite (dadas a **inflação** e esse déficit externo).

Os resultados do comércio e do consumo privado em geral, no **PIB** e nos dados parciais do quarto trimestre, indicam que o crescimentozinho de curto prazo está para dar uma parada. Sem novidade. A onda de reabertura e de reconstrução da economia pós-epidemia está passando. As taxas de juros aumentaram. O mundo cresce menos. Etc.

A taxa de investimento foi de 19,6% no terceiro trimestre. Grosso modo, isso é quanto do **PIB** foi reservado para aumentar a capacidade de produção (novas instalações produtivas, mais máquinas, equipamentos, softwares, residências etc.). É o melhor resultado trimestral desde 2014.

Ainda é pouco, em um país com muito por fazer, mas não está mal. Neste século, é inferior apenas à dos anos de 2008-2014 (embora em 2014 o país estivesse claramente batendo pino, investindo e crescendo além da capacidade).

Essa taxa precisa aumentar, sem criar desequilíbrio (**inflação**, déficit externo). Para tanto, precisamos de taxas de juros mais baixas (que não virão, se a situação fiscal continuar ruim), facilitação de investimento privado e, pelo menos, de **reforma tributária**. A curto prazo, é o que temos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

13

Um teto de R\$ 2 trilhões (Artigo)

Fabio Giambiagi Economista

A regra atual do teto de gasto, na prática, tinha caducado. Como mostrei com Manoel Pires no Texto para Discussão n.º 2, Perspectivas fiscais para a década: dilemas e escolhas, publicado no site do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre), ela implicaria contrair as despesas discricionárias dramaticamente no próximo governo. Isso seria inviável.

A questão é como mudar a regra, mas preservando a noção de limites. A (falsa) solução de tirar o Auxílio Brasil do teto é um equívoco. Primeiro, porque reforça a tendência de "colocar fora do teto" uma gama cada vez maior de rubricas: quanto menor a representatividade do gasto objeto de contenção, menor a relevância da regra.

Segundo, porque aponta para incentivos perversos: nós deveríamos torcer para que daqui a quatro anos se gaste muito menos com o Auxílio Brasil e que esses recursos poupados possam ser canalizados para investimentos públicos, ciência e tecnologia, saúde, etc. Mas, do jeito proposto, o incentivo seria exatamente o oposto: que nas eleições de 2026 o valor unitário aumente para R\$ 1.200, para ajudar a eleger o sucessor, porque "isso não afeta o teto".

Terceiro, a solução de tirar o Auxílio Brasil do teto é um equívoco porque, num país com pressões inflacionárias, expandir fortemente o gasto é um erro macroeconômico grave. E, quarto, porque estaríamos repetindo erros antigos, dos quais o mais recente foi o de Mauricio Macri na Argentina, que no começo do seu governo se negou a fazer um ajuste e foi abalrado por uma crise severa dois anos depois.

A ideia de que "o teto fracassou" é errada. Nos 25 anos entre 1991 e 2016, o gasto primário federal passou de 11% para 20% do Produto Interno Bruto (PIB). De 2016 a 2021, com exceção de 2020, a relação gasto/PIB caiu em todos os anos e, em 2022, o gasto deverá ser de menos de 19% do PIB. O déficit público de 1995 a 1998, de 6% do PIB, em média, nos levou à crise de 1998. Ora, o déficit de 2023 poderá ser de 7% a 8% do PIB. À luz dessa perspectiva, a "PEC da Transição" constitui uma verdadeira contrarreforma.

Faço aqui uma proposta: 1) incluir dentro do teto todos os itens hoje abrangidos no "extrateto", com exceção dos créditos extraordinários; 2) definir um teto, com

tudo incluído, de R\$ 2 trilhões de gasto para 2023, em torno de 19% de um PIB de R\$ 10,5 trilhões; 3) ter uma regra de expansão posterior do teto de IPCA mais 1,5% ao ano, por 8 anos.

Aprovar esses dispositivos pavimentaria o terreno para uma trajetória fiscal sustentável e permitiria ao País focar na reforma tributária em 2023. Vale a pena avaliar a ideia

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PIB da era Bolsonaro cresce menos que o dos governos FHC, Lula e Temer

Do UOL, em São Paulo

O **PIB** (Produto Interno Bruto) cresceu 0,4% no terceiro trimestre deste ano. Com o dado, o crescimento médio do país por ano durante o governo Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, deve ficar em 1,5%.

O desempenho é um dos piores dos últimos governos: ficou atrás dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, dos dois de Luiz Inácio Lula da Silva, e do de Michel **Temer**. Ganhou apenas do segundo mandato de Dilma Rousseff (-3,4%). A pandemia de covid-19 é um complicador para o período Bolsonaro que os outros governos não tiveram. Veja a comparação entre os governos em uma tabela mais abaixo neste texto.

Entenda o dado: O cálculo foi feito por Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro Ibre e pesquisadora sênior da economia aplicada do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

O cálculo no período Bolsonaro considera os seguintes dados do **PIB**: 1,2% em 2019, queda de 3,3% em 2020, recuperação de 5% em 2021, e projeção de 3% para 2022. Os números foram somados e divididos pelo número de anos do presidente no poder para chegar ao resultado.

O que o resultado comparativo mostra? Os especialistas ouvidos pelo UOL afirmam que é mais difícil de avaliar o governo de Bolsonaro comparando aos outros por causa da pandemia, que foi um evento que não havia acontecido em nenhum outro governo.

Chico Pessoa, economista da LCA Consultores, afirma que o resultado do **PIB** tem decepcionado desde 2014 e que o país não conseguiu a recuperação forte esperada depois da recessão de 2015 e 2016.

Thiago Xavier, economista e analista da Tendências Consultoria, afirma que a desaceleração no crescimento do **PIB** no terceiro trimestre já era esperada pela queda da economia em todo mundo e o aumento da taxa de juros para controlar a **inflação**.

Xavier diz que o governo Bolsonaro teve dificuldades extraordinárias, mas não lidou bem com algumas políticas que criou ao longo do governo, como a liberação de dinheiro para diversos grupos e não

pensar em soluções para os problemas na educação criados pela pandemia.

Qual a expectativa para 2022? A expectativa da FGV é que o **PIB** cresça 3% neste ano, número um pouco acima da expectativa do mercado (entre 2,8% e 2,9%).

Matos afirma que o crescimento do país foi beneficiado pelo cenário internacional, com a exportação de commodities, e pela reabertura total da economia, com a recuperação mais expressiva do setor de serviços. Isso ajudou na geração de empregos e no consumo das famílias.

O setor de serviços corresponde a 70% do **PIB** brasileiro. Quando ele tem um resultado ruim, é natural que o **PIB** seja impactado.

Como o governo ajudou o **PIB** em 2022? Matos afirma que os estímulos financeiros dados pelo governo federal contribuíram para o crescimento do **PIB**, como a ampliação do Auxílio Brasil, o pagamento do auxílio para caminhoneiros, o vale-gás, a liberação do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e a diminuição na cobrança de **impostos** (como no caso dos combustíveis).

O que esperar para 2023? A projeção da FGV é que o **PIB** cresça 0,2% no ano que vem. Matos afirma que o governo não vai conseguir liberar tanto dinheiro aos brasileiros como fez neste ano, que o cenário internacional é mais desfavorável, com desaceleração em todo mundo, e que o controle da **inflação** aqui no Brasil deve continuar sendo um desafio. Isso vai manter os juros altos por mais tempo.

Hoje os juros são de 13,75% ao ano. Para a especialista, o próximo ano será um período de controle inflacionário para pagar a conta do crescimento de 2022. A pandemia deixou **inflação** e problemas fiscais como herança para o próximo governo.

Por que o Brasil não cresce mais? Matos afirma que o Brasil precisa de uma **reforma tributária** para melhorar o ambiente de negócios, de mais educação e de pessoas mais produtivas no mercado de trabalho.

Para crescer, o governo precisa ganhar mais produtividade, segundo Matos. Também é necessário

haver menos polarização política para que se crie um ambiente mais estável.

Os economistas ouvidos pelo UOL dizem que há problemas estruturais difíceis de resolver: melhor educação para qualificar trabalhadores e investimentos em infraestrutura.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/12/02/pib-por-governo.htm>

PIB desacelera com o peso dos juros altos

ROSANA HESSEL

A economia brasileira vem perdendo fôlego diante do impacto defasado da alta dos juros pelo Banco Central, como confirmam os dados do Produto Interno Bruto (**PIB**) do terceiro trimestre de 2022, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador da formação de riqueza do país cresceu 0,4% entre julho e setembro, na comparação com os três meses anteriores, totalizando R\$ 2,544 trilhões no período.

A atividade econômica de julho a setembro desacelerou em relação às altas revisadas de 1,3% e de 1%, no primeiro e no segundo trimestres, respectivamente, e ficou abaixo da mediana das projeções do mercado, que era de 0,6%. Em relação ao mesmo período de 2021, o **PIB** cresceu 3,6% - e ficou 4,5% acima do patamar do quarto trimestre de 2019, ou seja, de antes da pandemia da covid-19.

As revisões tradicionais do IBGE ainda melhoraram o resultado do **PIB** de 2021, cujo crescimento passou de 4,6% para 5%, e ajudaram a confirmar uma expansão em torno de 3% na atividade econômica deste ano. Com essa atualização, segundo o órgão ligado ao Ministério da Economia, o **PIB** brasileiro alcançou, no segundo semestre de 2022, o maior patamar da série histórica do instituto, iniciada em 1992, superando o recorde anterior, de 2014.

Apesar de os dados serem positivos, analistas ouvidos pelo Correio lembraram que o Brasil não está descolado do resto do mundo e, certamente, sentirá impactos da recessão global que deverá ocorrer no ano que vem. E, diante das incertezas em relação à questão fiscal e da perspectiva da manutenção da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,75% ao ano por um período prolongado, o consenso é que a desaceleração continuará no quarto trimestre, com variações próximas de zero ou até mesmo negativas.

Conforme os dados do IBGE, o desempenho do **PIB** do terceiro trimestre foi puxado pelos serviços e pela indústria, que registraram expansão de 1,1% e de 0,8%, do lado da oferta. A agropecuária encolheu 0,9% na mesma base de comparação - um dos dados que mais surpreenderam negativamente os analistas. Do lado da demanda, o consumo das famílias, o consumo do governo e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, que mede os investimentos), cresceram 1%, 1,3% e 2,8%, respectivamente. Especialistas ressaltaram que esses indicadores apresentaram

desaceleração no ano, com exceção dos gastos do governo, que voltou a ficar no azul após dois trimestres negativos. Eles reconhecem que, se não fosse o pacote de estímulos do governo na segunda metade do ano, que chegou a quase R\$ 300 bilhões com redução de **impostos**, vales para caminhoneiros e taxistas e aumento de R\$ 400 para R\$ 600 no Auxílio Brasil, o **PIB** do terceiro trimestre poderia ter registrado queda. Na primeira metade do ano, o governo também estimulou o consumo, com medidas como o adiantamento do 13º dos aposentados e o saque emergencial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

"O crescimento do **PIB** do terceiro trimestre veio abaixo do esperado pelo mercado, porém houve revisão altista das séries nos trimestres anteriores. A composição do **PIB** segue mostrando os efeitos positivos da reabertura da economia, ainda que em menor medida, com o consumo das famílias desacelerando", destacou Gabriel de Barros, economista-chefe da Ryo Asset. Ele destacou que, daqui para frente, "dado o juro real elevado, a economia continuará em desaceleração e o ano de 2023 será mais desafiador, inclusive pelo cenário externo mais complicado".

Após a divulgação dos dados do **PIB**, Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), elevou de 2,6% para 3% a projeção de crescimento da economia neste ano, mas manteve em zero a projeção para a taxa do quarto trimestre e em 0,2% a perspectiva para 2023, considerando uma taxa de carregamento estatístico do **PIB** deste ano, de 0,4%.

"O país vai crescer pouco no próximo ano, porque tudo o que foi temporário começa a sair de cena, como os estímulos. A retomada de serviços que ocorreu neste ano, por conta da abertura pós pandemia da covid-19, não vai mais se repetir. E vamos ter um cenário internacional desfavorável", alertou ela, prevendo queda no consumo das famílias - um dos principais motores do **PIB** - no próximo ano, em função dos juros altos e do endividamento elevado.

"O Brasil não está descolado do mundo, que está desacelerando", acrescentou Sílvia Matos. Ela ainda destacou que há vários sinais de que o cenário está nada animador e que a tendência é de piora. "Todos os indicadores mostram perda de impulso na atividade econômica, inclusive o mercado de trabalho, e nossos termômetros de confiança do empresariado mostram

queda", observou.

Após acertar as projeções do **PIB** do trimestre, Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, manteve as projeções de crescimento do **PIB** em 3%, neste ano, e de 1%, no ano que vem. "A expectativa de uma desaceleração em relação ao primeiro semestre se confirmou, e a ideia de que as commodities e a taxa de juros tem tido papel importante para explicar tanto o crescimento dos últimos trimestres quanto esse início de processo de desaceleração", frisou.

Para Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, a nova série revisada melhorou o desempenho da economia, mas a queda de 0,9% da agropecuária, surpreendeu negativamente. Após a divulgação dos dados do IBGE ele elevou de 2,5% para 3% a previsão do **PIB** deste ano e manteve em 1% a estimativa para o indicador no ano que vem.

Relatório de transição aponta paralisação de obras de habitação para baixa renda no país - EIXO CAPITAL

SAMANTA SALLUM

O Grupo de Trabalho Cidades do Governo de Transição entregou ontem o relatório de diagnóstico da área, depois de levantar informações com o Ministério do Desenvolvimento Regional e com o Tribunal de Contas da União (TCU). A situação é alarmante, segundo o documento. Há previsão de paralisação de obras de habitação de interesse social a partir de fevereiro de 2023 por falta de orçamento no ano que vem.

Sem dinheiro para socorro a desastres

Falta dinheiro também, no momento, para prevenção e socorro às cidades em caso de desastres causados por temporais e deslizamentos, como o ocorrido no Paraná, no início da semana. O documento ainda alerta que o governo Bolsonaro "abandonou" os projetos de saneamento.

"Caos"

"Não há outra palavra para definir a situação que não seja caos. Na próxima, semana vamos entregar um outro relatório que aponte caminhos para alguma solução", adiantou à coluna Geraldo Magela, um dos coordenadores do GT. Magela é petista de Brasília, ex-deputado e ex-secretário de Habitação do DF.

Petrobras paga valor recorde de impostos

Já o Conselho de Administração da Petrobras aprovou ontem o Plano Estratégico para até 2027, em que ressalta que a empresa está muito bem. No documento, destaca que pagou valor recorde de R\$ 222 bilhões em impostos ao governo brasileiro este ano.

Novas plataformas

Os investimentos previstos para o período 2023-2027 são de US\$ 78 bilhões - 15% superiores ao plano passado. A companhia alocará ainda cerca de US\$ 20 bilhões em afretamentos de novas plataformas.

Lula manda parar venda de refinarias O presidente

eleito Lula vai alterar a composição do Conselho da Petrobras. Das 11 cadeiras, o governo federal tem 6. E assim o Plano Estratégico da companhia será revisto. Lula já pediu freio na venda de refinarias.

Representante do DF O Distrito Federal tem um representante no atual Conselho, Edison Garcia, que é presidente da CEB Holding.

Cotados

Magda Chambriard, ex-diretora da ANP no governo Dilma, e o senador pelo Rio Grande do Norte Jean Paul Prates (PT), que está no GT de Minas e Energia, são os nomes cotados para assumir a Petrobras.

Na paz e na segurança

Apesar de ter se empenhado na campanha de Bolsonaro, o governador Ibaneis Rocha (MDB) já virou a chavinha e está no módulo "friendly" com o governo eleito de Lula. Colocou-se à disposição do petista no que precisasse do GDF na sua volta como morador de Brasília. Ontem, em clima de descontração, recebeu, no Palácio do Buriti, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, e a futura primeira-dama do país, Janja. A reunião foi para tratar da cerimônia de posse presidencial, em 1º de janeiro. "Trabalharemos para que tudo ocorra da melhor forma possível, com segurança e paz", disse Ibaneis.

Saia-justa por causa da Secretaria de Segurança

A questão é como ficará Anderson Torres, ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança do DF. Falou-se numa volta dele para o governo local. Mas, tradicionalmente, o nome escolhido para o cargo é resultado de entendimento com o governo federal. E os petistas não querem o escudeiro de Bolsonaro na Segurança da capital federal. Integrantes do STF também não. Saia justa para Ibaneis.

Posse do Sindepo e da Adepol

As diretorias do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Distrito Federal (Sindepo/DF) e da Associação dos Delegados de Polícia Civil do DF (Adepol/DF),

eleitas para o triênio 2023/2025, tomaram posse, ontem, no auditório da Polícia Civil. A delegada Cláudia Alcântara é a nova presidente do Sindepo/DF. É a primeira mulher a assumir a entidade. Atuou como delegada-adjunta no início da Delegacia da Mulher (Deam), foi subsecretária de Inteligência, secretária de Justiça do DF e também chefe da Assessoria Institucional da PCDF.

Paridade salarial

O delegado Amarildo Fernandes foi reeleito para a Adepol. Participou da mobilização pela paridade salarial da categoria e pelo plano de saúde do Inas, junto ao GDF.

Presenças

Foi prestigiado o evento tanto pelos representantes de direita como pela esquerda. Estiveram presentes Robson Cândido, diretor geral da PCD; a senadora eleita Damares Alves; a distrital eleita e delegada Jane Klébia; Manoel de Andrade, conselheiro do TCDF; a deputada federal Érika Kokay; Wellington Luiz, eleito distrital; Manoel Arruda, presidente do União Brasil DF; e o senador Izalci Lucas, entre outros.

Podcast da Economist debate chances de Trump em nova corrida à Presidência

João Batista Natali

São Paulo Será que o controverso Donald Trump se elegerá presidente mais uma vez? Pode ser que sim, pode ser que não. Ainda faltam dois anos para a sucessão de Joe Biden, e, até lá, muita água passará debaixo da ponte eleitoral americana. Mesmo assim, a aposta de uma ala de conservadores em Trump foi objeto de um dos recentes podcasts da revista britânica The Economist, mas com um detalhe interessante.

Os participantes do debate não mencionaram dois episódios que, para parte da mídia, poderiam significar forte obstáculo. Trata-se da invasão do Capitólio por seus simpatizantes, em 6 de janeiro de 2021, e o suposto furto, pelo hoje pré-candidato, de documentos confidenciais que pertencem ao Poder Executivo.

Pode-se até especular as razões dessas lacunas. Ou a revista não quis machucar eleitores de um pré-candidato pelo qual ela nunca teve grandes simpatias, ou os fatos em questão se tomaram irrelevantes para um país mergulhado numa flexibilização dramática de sua ideia tradicional de democracia.

Mas vamos ao podcast. Um dos seus participantes foi Russell Vought, do Centro para a Renovação da América, uma das entidades que circulam ao redor dos projetos pessoais de Trump.

Questionado sobre a os satura de seus argumentos, Vought responde que o ex-presidente e atual candidato às primárias republicanas quebrou a lógica do conservadorismo que prevalecia entre deputados e financiadores, interessados apenas em desregular a economia e cortar gastos do governo.

Trump, disse ele, não hesita em ignorar a laicidade e se aliar a grupos religiosos que se preocupam, por exemplo, com a expansão do tráfico de drogas em pequenas comunidades.

O problema agora, insistiram os participantes do podcast, é que a já anunciada pré-candidatura terá desta vez, dentro do Partido Republicano, a forte concorrência de Ron DeSantis, governador da Flórida e personagem ascendente no establishment conservador. Idrees Kahloon, da sucursal da

Economist em Washington, assinala que DeSantis tem recebido da mídia um tratamento um tanto favorável, em contraste com a antipatia ao estilo antidemocrático e histriônico do trumpismo.

Além do mais, diz Charlotte Howard, da sucursal em Nova York, DeSantis também é heterodoxo em seu conservadorismo, agregando eleitores que, em vez de aplaudir o corte de **impostos**, aceitam o crescimento de despesas na Flórida, como o aumento dos salários de professores e a contratação de policiais.

Um dos critérios para pre ver se Trump conseguirá retomar o poder é o do precedente histórico.

Os participantes do podcast evocam um grande fracasso em uma tentativa de volta à Casa Branca. A vítima se chamava Herbert Hoover, derrotado em 1932 por Franklin Roosevelt, ao tentar se reeleger, e derrotado outra vez quatro anos depois, quando o Partido Republicano acreditou que ele voltaria a ser presidente. Não o foi, sabe-se hoje, porque sua imagem estava contaminada pelo início da grande depressão econômica de 1929. Um ex-mandatário que gerava maus pensamentos.

Trump é egocêntrico ao extremo e jamais atentaria para a importância desse episódio. O discurso de uma hora no qual anunciou que se recandidataria -em 15 de novembro, em sua casa de Mar-a-Lago, na Flórida-não trouxe novidades, como se ele falasse para si mesmo, disse um dos participantes do podcast A Fox News interrompeu a transmissão do que poderia ter sido um pronunciamento na íntegra.

É até possível, disse Howard, que Trump não se dê claramente conta de que não terá mais a mesma base que o sustentava em 2020. Alguns deputados republicanos e ao menos um grande doador de dinheiro já debandaram para o campo de DeSantis. É bem verdade, também, que Trump tem eleitores fanáticos.

Kahloon diz, porém, que não é esse o tipo de eleitor que DeSantis tentará atrair.

Checksand Balance Podcast em inglês da revista The Economist, disponível no site da revista e em plataformas de áudio (42 min.)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50113&anchor=6468996&pd=da1dc054cd69646c001c7ac1f79467ce>

Pibinho deixa país em 24º no mundo - MAIS ECONOMIA

Marta Sfredo

No país em que a **inflação** atingiu dois dígitos e só "caiu" de forma artificial, com o corte de alíquotas de ICMS sobre gasolina - produto de maior peso no IPI - foi preciso acionar o remédio amargo para a alta de preços, a elevação do juro. Fez efeito, e a atividade econômica avançou apenas 0,4% no terceiro trimestre em relação ao período anterior, como se previa.

O resultado foi exatamente o mesmo antecipado pelo Monitor do **PIB** do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). Com esse pequeno avanço, em três trimestres o **PIB** de 2022 acumula alta de 3,2% no ano em relação a igual período de 2021.

O número ficou acima do estimado para todo o ano pela maioria dos analistas, de 2,8% (dado do Boletim Focus do Banco Central). E claro que pode haver revisão de projeções, mas também há um recado embutido: há expectativa de queda no **PIB** do último trimestre deste ano.

A coluna, que sempre busca o sinal de futuro no retrovisor do cálculo do **PIB**, colheu uma boa surpresa no terceiro trimestre. O indicador de investimentos produtivos, chamado formação bruta de capital fixo (FBCF), teve alta de 5%, conforme o IBGE, graças ao crescimento da construção, ao desenvolvimento de softwares e à produção e importação de máquinas e equipamentos.

O baixo desempenho deixou o país em 24º lugar entre os que já anunciaram o resultado do **PIB** no terceiro trimestre, conforme ranking da Austin Rating. A China lidera porque a Índia não informou a comparação com o trimestre anterior, base do levantamento.

Santa Cruz banca parque de inovação com recursos próprios. Começou a operar na terça-feira, em Santa Cruz do Sul, o Gauten Parque de Inovação e Tecnologia. A origem é inusual, já que normalmente são iniciativas de universidades ou empresas: o investimento de R\$ 5,3 milhões foi bancado por recursos do próprio município.

Na origem da decisão de investir na estrutura localizada no distrito industrial da cidade, com área de

2 mil metros quadrados e espaço para acolher até 40 empresas, está a constatação de que a preparação para o futuro começa no presente. Quatro companhias já estão instaladas, e outras sete estão em fase de adaptação.

O parque foi promessa de campanha da prefeita Helena Hermany. Em abril, o prédio e a área foram adquiridos pela prefeitura. Em parceria com o Banco do Povo - especializado em microcrédito -, as empresas que se instalarem no Gauten Parque terão acesso a linhas de crédito com juro zero e pagamento em 36 parcelas.

Assim que o parque começou a operar, a prefeitura de Santa Cruz do Sul anunciou a realização do Gauten Summit, previsto para 24 e 25 de agosto de 2023, com ambição de receber pelo menos mil pessoas. Está prevista uma competição de startups, em parceria com o Sebrae-RS.

- O South Summit é nossa inspiração para fazer eventos semelhantes em outras regiões do Estado, ajudando a espalhar esse ambiente de negócios e de empreendedorismo - diz Mareio Martins, secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Santa Cruz do Sul.

Dragão gaúcho vai fazer filmes O mundo de magia das aventuras gastronômicas do dragão azul Hectorem Gramado vai estreiar no cinema. A hamburgueria temática da marca inspirada na saga Harry Potter, inaugurada em outubro, será anunciada na tela grande de salas da serra gaúcha, Novo Hamburgo e Porto Alegre.

Um filme comercial ambientado na hamburgueria tem lançamento em dezembro. E foi feito na produtora de filmes Hector Studios, fundada pelo grupo responsável pela criação do dragão, para desenvolver conteúdo audiovisual.

Os três sócios da Hector têm veia artística: o empresário criador do dragão, Dudu Kny, o desenhista e storyteller Eduardo Hoewell e o mentor de experiências formado pela Disney Institute, Will Weber. O filme também marca o início da parceria com a Tessaro Filmes, empresa de Gramado especializada na área audiovisual. A Hector aposta no storytelling nos negócios. Desde a abertura da pizzaria temática

do dragão, em 2019, a tornou uma das atrações de Gramado, com cerca de R\$ 40 milhões em venda de produtos licenciados.

Pessimismo otimismo

Primeira das entidades empresariais gaúchas a apresentar suas projeções para o próximo ano, a Fecomércio-RS é pessimista sobre o futuro da PEC da Transição: seu consultor econômico, Marcelo Portugal, usou como base o valor proposto, de R\$ 198 bilhões. Essa escolha, detalhou, deve-se à dificuldade de arbitrar outro valor. Mesmo assim, é otimista com o **PIB** de 2023: espera alta de 1,3%, quase o dobro do previsto no Boletim Focus do Banco Central.

Portugal afirmou que parte desse otimismo decorre da percepção de que reformas já feitas dão suporte à atividade econômica. Caso a PEC seja aprovada com um valor menor, como se espera, disse que o crescimento será o mesmo, com **inflação** e juro menores.

Ao fazer o balanço de 2022, Portugal destacou o bom desempenho das contas públicas e a redução do desemprego ao longo do ano. No caso dos gastos públicos, destacou três fatores que contribuíram com o aumento da arrecadação: o fechamento de pequenas e microempresas, cujo mercado foi absorvido pelas maiores, que pagam mais **impostos**, o deslocamento do consumo de serviços para produtos, que também têm carga maior, e o mercado de petróleo.

Calculou que a contribuição de dividendos da Petrobras, royalties e participações especiais (no caso do pré-sal), passou nos últimos anos de 1% do **PIB** para cerca de 2,5% do **PIB**. Em valores, saiu de cerca de R\$ 95 bilhões para ao redor de R\$ 240 bilhões.

- Em petróleo, já somos a Venezuela, e isso é ótimo - brincou, referindo-se ao peso da exploração desse recurso no país sul-americano.

O economista ainda projetou crescimento de 5,1% para o **PIB** do RS em 2023, mas advertiu que se tratará de recuperação em relação a este ano, quando deve cair entre 2% e 3% em decorrência da estiagem.

Para o presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn, o cenário atual é de "atividade econômica crescente e **inflação** caindo", mas o próximo ano embute "desafios", tanto no cenário internacional, quanto pela política econômica do novo governo federal: - As sinalizações, confesso, nos causam alguma apreensão.

CRIADA POR UM GRUPO DE AMIGOS DE PORTO ALEGRE HÁ 10 ANOS, A CERVEJARIA ALCAPONE

ABRE OPERAÇÃO AO LADO DO PARCÃO, NA CAPITAL. É A TERCEIRA UNIDADE, DEPOIS DA FÁBRICA COM BAR NO 4o DISTRITO E QUIOSQUE NA ORLA DO GUAÍBA. A DA RUA COMENDADOR CAMINHA ABRE NO PRÓXIMO SÁBADO.

1,39% foi a queda da bolsa ontem. Foi atribuída a indefinições sobre a PEC da Transição e o ministério do futuro governo. O líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PA), admitiu, pela primeira vez, que a equipe de Lula pode negociar o valor da PEC, mas de R\$198 bilhões para R\$175 bilhões, ainda considerado alto.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Dinheiro do orçamento secreto é suspenso

O presidente Jair Bolsonaro (PL) mandou suspender o pagamento das emendas do orçamento secreto após seus aliados no Congresso fecharem alianças com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A ordem é não pagar mais nada neste ano. Na prática, a medida deixa o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), sem capacidade de honrar os acordos feitos para bancar sua reeleição ao comando da Casa. Além de empurrar para Lula o ônus de ter que manter o esquema de toma lá, dá cá que condenou na campanha se quiser o apoio do Congresso para aprovar suas propostas. A canetada de Bolsonaro ocorre um dia depois de o PT se aproximar de Lira anunciando apoio à sua recondução no comando da Câmara. Os dois foram eleitos para o comando das Casas legislativas com o apoio de Bolsonaro e operam a distribuição do orçamento secreto. Revelado pelo Estadão, o esquema foi criado no governo Bolsonaro e repassou ao relator do orçamento a decisão sobre qual deputado ou senador poderia decidir o que fazer com bilhões do orçamento da União (dinheiro dos **impostos**). Até mesmo pessoas sem mandato foram contempladas. O relator do orçamento é indicado pelos presidentes da Câmara e do Senado, que, na prática, coloca na mão de três políticos a operação do dinheiro público. Só recebe quem votar de acordo com eles. E, como revelou o jornal, recursos foram distribuídos sem critérios técnicos e abasteceram prefeituras de aliados que compraram tratores a caminhões de lixo sem necessidade e a preços superfaturados. Dos R\$ 16,5 bilhões reservados para o orçamento secreto neste ano, R\$ 7,8 bilhões não foram liberados e estão bloqueados pelo governo federal. O presidente mandou suspender o pagamento do orçamento secreto com o argumento de que faltam recursos para outras áreas. Bolsonaro assinou duas medidas nesta quarta-feira (30), para efetivar a decisão. Primeiro, enviou uma proposta ao Congresso para secar a fonte do orçamento secreto ao remanejar as verbas para outras áreas. Depois, editou um decreto autorizando a equipe do governo a fazer os cancelamentos em uma área e acrescentar em outra.

PSB pede França na pasta das Cidades

A bancada do PSB na Câmara dos Deputados resolveu pedir publicamente para que o ex-governador de São Paulo Márcio França seja escolhido para o Ministério das Cidades. O deputado Felipe Carreras (PSB -PE), que vai liderar os deputados federais eleitos em 2022, disse que o nome é prioritário se o PSB tiver um ministério e o de Márcio França. A pasta também é cobiçada por outros aliados

do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, incluindo uma ala do próprio partido dele, o PT. O deputado federal eleito Guilherme Boulos (PSOL-SP) e o ex-governador do Ceará e senador eleito Camilo Santana (PT-CE) também são cotados para o cargo. O ministério é desejado por ter um orçamento bilionário e ser responsável por iniciativas importantes, como o Minha Casa Minha Vida e obras de saneamento.

Presidente segue sem discursar

O presidente Jair Bolsonaro (PL) participou de uma cerimônia de promoção de 5 oficiais-gerais do Exército nesta quinta-feira (1º), em Brasília, mas não discursou e nem falou com a imprensa. Esta é a 2ª aparição pública do chefe do Executivo em agenda oficial após a derrota para Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno. No último sábado, 26, Bolsonaro participou de um evento na Academia Militar das Agulhas Negras, no Rio de Janeiro, quando também ficou em silêncio. Desde a debacle nas urnas, o presidente entrou em processo de reclusão. Esteve poucas vezes no Palácio do Planalto, uma delas em 3 de novembro, quando se encontrou com o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB). Bolsonaro se pronunciou apenas em duas ocasiões: em 1º de novembro, quando fez uma fala à imprensa na qual não reconheceu a derrota para Lula, e no dia seguinte, em um vídeo no qual pediu que apoiadores desbloqueassem estradas federais. O presidente também diminuiu a presença nas redes sociais, onde vem se limitando a publicar fotos em agendas oficiais anteriores e divulgar realizações da gestão.

Ibaneis discute posse de Lula

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), recebeu, na manhã desta quinta-feira (1º), o vice-presidente eleito e coordenador da transição, Geraldo Alckmin (PSB), e a futura primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, no Palácio do Buriti para tratar sobre os preparativos da cerimônia de posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Janja é a responsável pela organização do evento, que vai ocorrer em 1º de janeiro e já tem pelo menos 18 atrações musicais confirmadas na Esplanada dos Ministérios. Segundo Ibaneis, o grupo vai trabalhar para que a cerimônia aconteça 'da melhor forma possível'. Janja agradeceu a 'disponibilidade do governo distrital e das instituições responsáveis para o sucesso da realização da posse e do Festival do Futuro'.

Site: <https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/>

ANP estuda incluir 12 novos blocos do Norte

SÃO PAULO AGÊNCIA ESTADO

A diretoria colegiada da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis aprovou ontem a indicação de 12 blocos exploratórios a serem estudados para inclusão na Oferta Permanente Concessão (OPC). Dez desses blocos estão localizados na Bacia do Amazonas e somam cerca de 30 mil quilômetros quadrados (km²) de área. Os outros dois pertencem à Bacia do Tacutu, em Roraima, e têm área total de aproximadamente 3,2 mil km².

Em nota, a ANP informou que a indicação desses blocos para inclusão na OPC está em linha com as diretrizes da política energética nacional de "promover a exploração de novas fronteiras, aumentar o conhecimento geológico e descobrir novas áreas produtoras". No caso da Bacia do Tacutu, há ainda a motivação de introduzi-la no cenário de exploração nacional para incentivar soluções de suprimento de energia elétrica no estado de Roraima. Leituras preliminares da Agência apontam a possibilidade de descobertas de hidrocarbonetos no subsolo da região, incluindo gás natural.

Depois da inclusão dessas áreas no grupo de blocos em estudo, serão iniciados os trâmites para obtenção dos pareceres ambientais dos órgãos competentes. Em seguida, seria necessária uma manifestação conjunta entre o Ministério de Minas e Energia e o Ministério do Meio Ambiente. Concluída essas etapas, a ANP ainda deve promover audiência pública para incluí-las no edital da OPC. Com os 12 blocos aprovados para estudos hoje, a ANP avalia 1.030 blocos em todo o País para inclusão na OPC.

A Oferta Permanente é a principal modalidade de licitação de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural no País. No modelo, os blocos são ofertados continuamente e empresas interessadas fazem propostas, abrindo-se concorrência pela área.

Há duas modalidades de Oferta Permanente: de Concessão (OPC) e de Partilha da Produção (OPP). Isso varia de acordo com o regime de contratação: concessão, em que paga-se **tributos**, royalties e participações, e partilha, quando além de pagamentos em dinheiro à União, ainda é repassada uma parte da produção de óleo bruto ao governo. Já foram realizados três ciclos da OPC e a OPP tem seu 1º ciclo aberto, com sessão pública prevista para 16 de dezembro.

Site:

**[https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp
?serviceCode=login#page/74](https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/74)**

Brasil é o 24º em ranking global

Com a alta de 0,4% no Produto Interno Bruto (**PIB**) do terceiro trimestre, o Brasil ficou na média do crescimento global, de 0,4%, conforme dados da Austin Rating, que compilou os resultados de 52 países.

O país ficou em 24º lugar em um ranking liderado pela China e com Colômbia, México, Estados Unidos e Peru com crescimentos econômicos maiores do que o brasileiro (ver quadro).

"Ainda que o desempenho do Brasil tenha sido positivo, o crescimento é baixo. É o país voltando à realidade e ficando no meio da tabela para baixo. É o Brasil sendo Brasil, porque, dificilmente, ele fica entre os primeiros lugares no ranking", destacou Agostini. Segundo ele, os dados do **PIB** acabaram ficando abaixo das estimativas da Austin, de 0,6% na comparação com o trimestre anterior, mas em linha com a estimativa para o **PIB** anual, de 3,6%.

Após o resultado do **PIB** abaixo das previsões do mercado no terceiro trimestre, o Ministério da Economia evitou comentar o assunto. Apenas soltou uma nota otimista no meio do dia defendendo a tese de que há "continuidade e disseminação da recuperação econômica", em linha com o discurso do ministro Paulo Guedes, que afirma reiteradamente que o Brasil "está decolando" e descolado do resto do mundo.

Analistas ouvidos pelo Correio reforçaram o contrário e alertaram sobre os riscos de o **PIB** do país afundar se não houver preocupação do governo atual e do próximo com a responsabilidade fiscal e o equilíbrio das contas públicas, e não houver um compromisso com um novo arcabouço que tenha credibilidade junto ao mercado financeiro, maior credor da dívida pública.

José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, é categórico ao apontar que todos os indicadores do **PIB** apresentaram desaceleração e desmentem o argumento da equipe econômica. "Eles desviam os olhos do que é relevante: o filme, não a foto. O consumo das famílias foi puxado pela transferência de renda, pela queda da **inflação** e pelo crédito consignado no setor privado, de R\$ 6 bilhões em setembro. Isso é pontual. A transferência de renda não vai aumentar, a **inflação** não vai cair mais e o consignado tem limites claros", afirmou. "A alta dos juros já aparece no comprometimento da renda das famílias com o serviço da dívida em alta e na estagnação do saldo de crédito às empresas",

acrescentou. (RH)

Bolsa recua 1,39%

Em meio às dúvidas sobre o rumo fiscal do país e o Produto Interno Bruto (**PIB**) do terceiro trimestre mais fraco do que o esperado pelo mercado, o Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), começou dezembro com uma queda de 1,39%, aos 110.925,60 pontos. Já o dólar comercial recuou pelo quarto dia seguido, com leve queda de 0,09%, cotado a R\$ 5,19. "A gente já via os investidores um pouco mais pessimistas, principalmente com a curva de juros abrindo e a expectativa de **inflação** para cima. Isso acabou prejudicando as ações de varejistas, que são mais sensíveis a juros. Essa desaceleração da economia só aumenta a aversão ao risco, que está presente agora diante de toda a incerteza do campo fiscal", avaliou Bruno Komura, analista da Ouro Preto Investimentos. "Como a bolsa brasileira reflete a atividade econômica, obviamente os dados do **PIB** pesaram na confiança do investidor, somado às tramitações do cenário político, trazendo o Ibovespa para baixo", destacou a especialista em mercado de capitais Ariane Benedito.

Economia cresce 0,4% no 3º trimestre, mas perde fôlego sob efeito dos juros

Leonardo Vieceli e Eduardo Cucolo RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

O **PIB** (Produto Interno Bruto) do Brasil avançou 04% no terceiro trimestre deste ano, na comparação com os três meses imediatamente anteriores, informou nesta quinta (iº) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado é o quinto positivo em sequência, mas representa uma perda de ritmo da atividade econômica em um cenário de juros altos e desaceleração global.

Na visão de analistas, o fôlego menor deve continuar no quarto trimestre. Assim, o **PIB** tende a ficar mais próximo da estagnação (0%) ou até negativo nos três últimos meses do ano.

A variação de 0,4% veio abaixo das expectativas. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam avanço de 0,6% na mediana.

Em relação ao terceiro trimestre de 2021, o **PIB** cresceu 3,6%. A projeção de analistas, segundo a Bloomberg, era de uma alta mais intensa, de 3,8%. No acumulado dos últimos quatro trimestres, a economia teve avanço de 3%.

Mesmo com o desempenho aquém do esperado, o **PIB** alcançou o maior patamar da série, iniciada em 1996.

Após revisão de dados, o IBGE concluiu que o indicador já registrara, no segundo trimestre de 2022, um nível superior ao do início de 2014, antes de a economia perder força e embarcar em recessão.

Agora, com a alta de julho a setembro, a atividade econômica renovou a máxima. O **PIB** também ficou 4,5% acima do patamar pré-pandemia, do quarto trimestre de 2019.

O avanço de 0,4% veio após crescimento de 1% no segundo trimestre, conforme dados revisados pelo IBGE. Inicialmente, a alta de abril a junho havia sido calculada em 1,2%, mas foi ajustada para baixo.

"O tom é de uma desaceleração da atividade econômica com o efeito da política monetária [alta dos

juros]", diz o economista Luca Mercadante, da Ido Bravo Investimentos, que prevê **PIB** estagnado (0%) no quarto trimestre.

O IBGE também revisou o indicador no terceiro e no quarto trimestres de 2021 e no primeiro trimestre de 2022.

Com os ajustes, as variações aumentaram de 0,1%, 0,8% e 1,1% para 0,4%, 0,9% e 1,3%, respectivamente.

O IBGE ainda revisou a taxa de crescimento do **PIB** de 2021 (anual), de 4,6% para 5%.

A revisão para cima dos números levou a pequenos ajustes nas projeções de alguns economistas. Isso porque a economia está agora em um patamar mais elevado do que o divulgado há três meses.

Se o **PIB** ficar estável nos últimos três meses do ano, como projetam analistas, um crescimento de 3,1% na média de 2022 já estaria garantido.

Às vésperas das eleições de outubro, o governo Jair Bolsonaro (PL) lançou um pacote de estímulos à economia que incluiu a ampliação do Auxílio Brasil e os cortes tributários sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações.

A atividade ainda foi beneficiada pela reabertura após as restrições na pandemia, mas esse incentivo tende a se esgotar com o passar dos meses, ponderam analistas.

A vacinação contra a Covid-19 permitiu a volta de parte do setor de serviços, como bares, restaurantes, hotéis, academias de ginástica, salões de beleza e instituições de ensino.

O avanço de 0,4% do **PIB** no terceiro trimestre foi influenciado justamente pelos serviços, que subiram 1,1%. O setor responde por 70% da economia sob a ótica da oferta.

A indústria também ficou no azul (0,8%). A agropecuária, por outro lado, recuou 0,9%.

"A retração é explicada pelas culturas que têm safra relevante nesse trimestre e tiveram queda de

produção, como é o caso da cana-de-açúcar e da mandioca", disse a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

Com a **inflação** alta, o Banco Central teve de elevar os juros. O aperto monetário impacta a atividade econômica, pois encarece o consumo de bens e serviços mais dependentes da concessão de crédito.

No terceiro trimestre, o consumo das famílias cresceu 1%. Essa foi a quinta taxa positiva em sequência, mas ficou abaixo do resultado do segundo trimestre (2,1%). O consumo responde por cerca de 60% do **PIB** sob a ótica da demanda.

"O mercado de crédito está mais caro. Acaba batendo nos bens e serviços que dependem mais de crédito", afirma o economista Christian Meduna, do banco BV.

Ele destaca que, além dos juros altos, a economia vem de uma base de comparação mais forte do começo do ano. Também há riscos no cenário externo, com a perspectiva de desaceleração global, acrescenta.

O IBGE também informou que os investimentos produtivos, medidos pelo indicador de FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo), subiram 2,8% no terceiro trimestre ante os três meses anteriores.

Essa foi a segunda alta consecutiva, mas ficou abaixo do avanço de 3,8% no segundo trimestre. Conforme Palis, aportes na área de construção, em softwares e nas importações estão por trás do novo avanço dos investimentos.

O consumo do governo, por sua vez, aumentou 1,3% no terceiro trimestre, após queda de 0,9% nos três meses anteriores.

O **PIB** sob a ótica da demanda contempla ainda o setor externo. De julho a setembro, as exportações tiveram alta de 3,6%, após redução de 2,8%.

As importações cresceram mais: 5,8%. Foi o segundo avanço consecutivo -a alta fora de 8,7% no segundo trimestre.

O banco BV projeta **PIB** estagnado no quarto trimestre (0%) e alta de 3% no acumulado deste ano. Para 2023, a perspectiva, por ora, é de uma elevação de 1%.

"As principais economias globais, como EUA, Europa e China, estão desacelerando fortemente. Quando o mundo tem baixo crescimento, dificilmente o Brasil segue um caminho diferente. O preço das commodities também começou a cair", afirma a

economista Claudia Moreno, do C6 Bank. Ela prevê o **PIB** "andando de lado" ou até negativo no quarto trimestre.

Para os economistas Marco Caruso e Eduardo Vilarim, do banco Original, a alta de 0,4% no terceiro trimestre contribui para um resultado de 2,9% em -2022. A instituição projeta uma contração de 0,3% para o quarto trimestre.

"Entretanto, esse número tem caminhado para zero, à medida que os novos indicadores de outubro têm se mostrado mais robustos do que o esperado, como o recuo da taxa de desemprego (8,3% ante 8,5% projetados) e avanço da população ocupada", dizem os economistas do Original.

Segundo eles, o crescimento em "2023 deve desacelerar para 0,2%, devido a fatores como o impacto mais forte dos juros.

Para o economista Lucas Maynard, do banco Santander, os efeitos da política monetária mais apertada "começaram a aparecer".

De acordo com ele, os indicadores disponíveis para o quarto trimestre "apontam uma contínua perda de fôlego das atividades". Por ora, o Santander projeta expansão de 2,8% em 2022 e de 0,7% em 2023. Leia mais na pág. A18

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50113>

Trigo e milho salvam PIB agropecuário de um resultado pior

Mauro Zafalon são paulo

As safras de milho e de trigo tiveram bons desempenhos neste ano, permitindo uma evolução de 3,2% na taxa do **PIB** da agropecuária no terceiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. A pecuária também auxiliou nessa elevação.

Apesar dessa recuperação, o **PIB** da agropecuária ainda mantém queda acumulada de 1,5% no ano e de 1,3% nos últimos quatro trimestres. Deverá fechar o período em queda.

Com relação a 2021, o IBGE revisou a taxa do setor e, conforme os novos cálculos, a agropecuária teve crescimento de 0,3%. Os dados anteriores indicavam queda de 0,2%.

O **PIB** da agropecuária não manterá o espaço que registrou nos últimos dois anos na economia brasileira. A colheita de soja, o principal item da produção brasileira, teve forte redução, provocada por seca.

Em 2019, a participação da agropecuária no **PIB** era de 4,9%, percentual que subiu para 6,6% em 2020 e para 8,8% em 2021, segundo o IBGE.

Olhando para o terceiro trimestre deste ano, a evolução ocorre, em relação a igual período do ano passado, devido a uma recuperação da safrinha de milho. Neste ano, os produtores colheram 85 milhões de toneladas do cereal, 37% a mais do que em 2021.

No ano passado, por causa de severos efeitos climáticos, a segunda safra de milho do país havia ficado em apenas 62 milhões de toneladas.

A redução da oferta em 2021 incentivou os produtores, que semearam uma área 12% maior na segunda safra de 2022.

Condições climáticas mais favoráveis permitiram uma evolução de 23% na produtividade, o que elevou a produção total de milho, somando a safra de verão e a safrinha, para o recorde de 110 milhões de toneladas.

O melhor desempenho do **PIB** neste terceiro trimestre, em comparação ao mesmo período de 2021, se deve também ao trigo. O país nunca produziu tanto trigo

como neste ano. São 9,6 milhões de toneladas, 23% a mais que em 2021.

Aumentos de 11%, tanto na área como na produtividade, elevaram a produção do país para esse recorde. Mesmo assim, o Brasil continua dependente de importações.

O café não contribuiu muito. Esperava-se uma influência positiva da bienalidade, o que não ocorreu neste ano, devido a severos problemas climáticos em 2021. Seca e geada afetaram as lavouras, inibindo o rendimento deste ano.

A produção se alterna com resultado bom em um ano e recuo no seguinte. Este era para ser um período de colheita superior à obtida.

A produção teve uma evolução de apenas 3,7% na colheita de café do tipo arábica, a principal do país. A safra total, incluindo o conilon, deve atingir 50,4 milhões de sacas, 5,6% a mais do que a de 2021, segundo a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

O algodão, outro produto com safra no segundo semestre, teve alta de 15% na produção deste ano em relação a 2021. A produtividade, no entanto, caiu 2%, segundo o IBGE.

A produção de laranja também auxiliou o crescimento do **PIB**. A safra deverá atingir 16,7 milhões de toneladas, superando em 4,4% a anterior.

Cana-de-açúcar e mandioca, porém, dois produtos de importância para o setor agrícola do país, registram produção menor neste ano, pesando negativamente no **PIB**.

A área de produção da cana caiu 3%, e a produção recuou 1%, para 603 milhões de toneladas, aponta o IBGE.

A produção de mandioca, que vem perdendo área para soja e milho, cai para 18,3 milhões de toneladas, com redução de 1,3% em relação à do ano passado.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50113>

EUA e França reforçam união contra a Rússia e apoio à Ucrânia

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o presidente da França, Emmanuel Macron, se reuniram nesta quinta-feira, e falaram, em coletiva, sobre seguir responsabilizando a Rússia pela guerra na Ucrânia. "Estamos juntos com a França e aliados da Otan contra a guerra da Rússia", afirmou Biden, indicando que os EUA também irão ajudar os países atingidos pelo conflito.

Na coletiva, Biden também falou dos problemas de oferta que vêm causando uma crise energética na Europa, afirmando que pretende garantir que os EUA não dependam de cadeia de oferta de nenhum outro país. O presidente americano também destacou que está disposto a conversar com o presidente russo, Vladimir Putin, se "houver interesse" em acabar o conflito na Ucrânia.

Na reunião, Biden e Macron discutiram uma cooperação bilateral de investimentos na tecnologia, em áreas como semicondutores e hidrogênio. Os líderes também falaram sobre a Lei de Redução da **Inflação** dos EUA, esforço do país para o combate às mudanças climáticas, ao que Biden indicou que ainda há falhas.

Entretanto, o presidente americano destacou que também há espaço para ajustes para seus aliados da União Europeia.

Criticas O presidente da França, Emmanuel Macron, criticou algumas medidas econômicas do governo dos Estados Unidos e disse que tais ações podem dividir o Ocidente.

A declaração foi feita a parlamentares americanos.

Macron disse estar incomodado com os subsídios incluídos pela Casa Branca na chamada Lei de Redução da **Inflação**, na prática uma manobra para acelerar a aprovação de um pacote ambiental de US\$ 430 bilhões, promessa de campanha do presidente Joe Biden. De acordo com o francês, os incentivos garantidos pela legislação americana são superagressivos para as empresas do país europeu.

"Não quero me tornar um mercado para os produtos americanos porque tenho exatamente os mesmos produtos que vocês. Tenho uma classe média que precisa trabalhar e pessoas que precisam encontrar

trabalho. Talvez vocês resolvam os problemas de vocês, mas vão piorar o meu", disse Macron em um almoço. "Ponham-se no meu lugar", acrescentou, pedindo para "ser respeitado como um bom amigo".

É incerto como a legislação americana pode afetar, diretamente, o mercado francês, entre outras áreas.

SAIBA MAIS

A reunião marca a primeira visita de Estado oficial de Macron à administração de Biden nos Estados Unidos.

» Os governos dos EUA e da França anunciaram a formação de uma força-tarefa, em conjunto com a União Europeia, para lidar com disputas comerciais relacionadas à energia limpa.

» "Temos trabalhado para ajudar na resiliência da Ucrânia e vamos reforçar essa ação. Também queremos preparar para as futuras gerações uma economia neutra em carbono, criando muitos empregos, o que significa grande investimento nas nossas economias", afirmou Macron.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-d3c72e9ce3e5d94a4d58cdea05d46dc3.pdf

PEC da Transição entra na fase de discussão de texto e modelo híbrido ganha força - COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES

CONTAS. O texto que está sendo objeto de negociação também tende a prever dois anos de exceção, em vez dos quatro pretendidos pelo PT. Com R\$ 150 bi, economistas da transição estimam que a proporção das despesas em relação ao **PIB** fica estável em 19% em 2023.

VISÃO. Davi Alcolumbre (União-AP) quer um aliado como relator da PEC na Câmara. Elmar Nascimento, com quem Alcolumbre já tem conversado, deve ser o escolhido. Ele, no entanto, defende algo mais enxuto, ao redor de R\$ 80 bi, e disse a petistas que Lula deveria pegar o possível agora e negociar mais à frente.

MAGIA. Aliados de Arthur Lira (PP-AL) buscam alternativas para desbloquear o orçamento secreto sem precisar da PEC da Transição. Dizem que, como o bloqueio ocorreu em função de pagamentos da Previdência, é possível recompor recursos com base em parecer do TCU.

FUTURO. Líder do MDB no Senado, Eduardo Braga apresentou proposta com regras para a reinclusão do Bolsa Família no teto em 2025. Ele sugere que o programa passe a ter correção automática pela **inflação**.

PREFERIDO. O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) diz que há uma "tendência" no partido de apoiar a reeleição de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) no ano que vem. Pacheco deve enfrentar candidato do PL, sigla do presidente Jair Bolsonaro, e aliado do Republicanos.

CONVERSA. Mecias diz que ainda não discutiu o tema com Da-mares Alves (DF) e Hamilton Mourão (RS), que chegam ao Senado em 2023. "Eu sou muito próximo do Rodrigo Pacheco, gosto muito dele. Não há nenhuma conversa dentro do nosso partido ainda, sobre quem vamos apoiar", disse. "Há uma tendência, por enquanto, de apoiarmos o Rodrigo".

SINAIS. A decisão do PSB de defender o nome de Márcio França como o ministeriável do partido quer

sinalizar a Lula que, caso Flávio Dino (PSB-MA) assumira a Justiça, será uma escolha pessoal. Dino é tratado como novato na sigla - ele era do PCdoB. O mesmo vale para Marcelo Frei-xo (PSB-RJ), que veio do PSOL.

DNA. O PSB considera que, embora tenha encolhido na Câmara, foi indispensável para a vitória com Geraldo Alckmin na vice. O nome de França foi referendado pelo PSB de Pernambuco, com o apoio de João Campos, o que põe em baixa Paulo Câmara.

PRONTO, FALE!!

"É um avanço inconstitucional sobre as atribuições das polícias Civil e Federal", disse, sobre proposta de Guilherme Derrte para que PMs possam fazer investigações.

Adriano Bandeira

Confederação dos Policiais Civis

CLICK

Cotado para ministro da Fazenda, deixou Brasília para ir à posse da mulher, Ana Esteta, como professora titular do Departamento de Orto-dontia e Odontopediatria da USP.

Fernando Haddad (PT)

Ex-prefeito de São Paulo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Desaceleração da economia traz dilemas para o próximo governo

SÉRGIO VALE

O **PIB** do terceiro trimestre deu sinais de desaceleração da economia brasileira, a despeito do forte empuxo fiscal que o governo tentou fazer no período. Mesmo com o aumento do Auxílio Brasil em agosto, e todas as benesses que o governo concedeu, o crescimento perdeu fôlego.

Mas vale dizer que grande parte da responsabilidade do crescimento brasileiro desde o ano passado tem sido muito mais das commodities do que da política fiscal. O forte empuxo de preços em reais, especialmente no agronegócio, tem tido o impacto de forte expansão de renda, emprego e **PIB** nos Estados em que esse setor tem forte presença.

A história do crescimento brasileiro nos últimos dois anos tem mais a ver com isso do que com o voluntarismo fiscal do governo. Isso tende a se inverter ano que vem. Com commodities estáveis na agropecuária e em queda nas metálicas e petróleo, não haverá fonte de crescimento tão forte como tivemos desde o ano passado.

Além disso, a taxa de juros já começa a ter efeito. Parte dessa desaceleração no terceiro trimestre tem a ver com um consumidor de baixa renda impactado pela alta da **inflação**.

Importante aqui lembrar que diminuir preço de combustível ajuda muito mais a classe média do que a classe de renda mais baixa, que segue fortemente impactada pela **inflação** de alimentos.

Essa combinação de renda real crescendo lentamente com juros elevados tem aumentado a inadimplência e diminuído a capacidade de consumo das famílias.

Essas questões estarão fortemente presentes no ano que vem. Tanto as commodities quanto os juros serão responsáveis pela nossa desaceleração, sem falar de um mundo desenvolvido em recessão, que também não ajudará.

A tentação nesse cenário tão adverso é o governo querer usar a política fiscal para reativar a economia, e aqui está nosso dilema: precisamos ajustar a política fiscal em um ano de crise e com um tipo de governo que gosta de olhar o fiscal como solução para o

crescimento, especialmente porque não virá ajuda do Banco Central.

Será importante o governo dar os sinais certos na área fiscal para que essa desaceleração que agora começa não vire algo pior lá na frente.

Perspectivas Será importante a nova gestão dar sinais na área fiscal para que a retração de agora não vire algo pior

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Após puxar retomada, consumo das famílias perde fôlego sob juro alto

DANIELA AMORIM VINICIUS NEDER

A demanda das famílias brasileiras por bens e serviços, que puxou a retomada da economia após as restrições ao contato social impostas pela covid-19, deu sinal de perda de fôlego no terceiro trimestre. Entre julho e setembro, o consumo das famílias cresceu 1% ante o segundo trimestre, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado foi sustentado pelos estímulos injetados pelo governo Jair Bolsonaro (PL) na economia na reta final da campanha eleitoral, pela melhora no mercado de trabalho, pelas medidas de desoneração fiscal e pela **inflação** mais branda, enumera Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

Daqui por diante, porém, a normalização dos serviços presenciais - como bares, restaurantes e hotelaria, entre outros - e os efeitos restritivos dos juros mais elevados deverão moderar o crescimento. Os juros mais elevados, que encarecem o crédito, já começaram a fazer efeito, mas seu impacto se alonga no tempo.

O comércio ficou no vermelho no Produto Interno Bruto (**PIB**) do terceiro trimestre. Teve retração de 0,1%. Segundo o IBGE, as famílias deixaram de adquirir bens para consumir serviços. No mundo todo, esse movimento fez parte da "normalização", já que, no auge do isolamento, as pessoas ficaram impedidas de gastar com serviços e acabaram consumindo mais bens. A piora dos indicadores de confiança em outubro e novembro, aliada a uma frustração nas vendas da campanha de liquidações da Black Friday, corrobora os sinais de nova freada adiante.

"Nosso cenário aponta para uma variação negativa de 0,5% do **PIB** no quarto trimestre, mas que pode ser revisada ainda mais para baixo no futuro", afirma o economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otávio de Sousa Leal.

OBSTÁCULOS. O crédito caro e o alto endividamento das famílias devem frear o consumo também em 2023.

Isso acontecerá mesmo que o governo eleito consiga garantir orçamento para a manutenção do pagamento de R\$ 600 no Auxílio Brasil (que voltará a se chamar Bolsa Família), projeta Fabio Bentes, economista da

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

"Sabemos que o primeiro semestre será difícil. Todo aquele efeito de desoneração de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações terminou. Já vemos aceleração nos preços. Tudo isso pode criar dificuldades orçamentárias para as famílias daqui para frente. Mesmo com a manutenção dos R\$ 600 pelo Bolsa Família, os preços e os juros tendem a fazer com que o ano que vem seja mais apertado", estima Bentes

Sinais de alerta

0,1% foi o recuo do comércio no Produto Interno Bruto (**PIB**) - conforme o IBGE, as famílias deixaram de adquirir bens para consumir serviços, após o fim do isolamento social, em que a prioridade era o contrário 0,5% negativo é quanto o economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otávio de Sousa Leal, estima para o **PIB** do quarto trimestre, com um recuo na atividade econômica

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PIB projeta limite de R\$ 148 bi na PEC da Transição

ADRIANA FERNANDES

Os números do Produto Interno Bruto (**PIB**) no terceiro trimestre, divulgados ontem pelo IBGE, apontam um espaço de R\$ 148 bilhões para elevar as despesas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição sem que represente uma expansão de gastos em 2023 em comparação com o que deixará o presidente Jair Bolsonaro (PL) no fim do seu mandato. Esse valor balizará as negociações da proposta.

Os cálculos são do time técnico de assessoramento do governo de transição no Congresso, que quer mostrar, nas negociações com o Legislativo, que um aumento de gasto abaixo desse valor representaria uma contração fiscal no primeiro ano do governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Para os técnicos, um gasto adicional de R\$ 148 bilhões com a PEC representaria, portanto, um valor "neutro" do ponto de vista fiscal. Ou seja, não haveria expansão nem contração de gastos em relação a 2022.

Os negociadores tentam no Congresso, com esses dados, conter uma desidratação da PEC nas votações no Senado e na Câmara. O tempo é curto, e a pressão política por cargos e divisão de recursos é grande.

Como mostrou ontem o Estadão, Lula discutiu o assunto em reunião sobre economia e reforçou que não poderia fazer menos em 2023 diante de um Orçamento enviado ao Congresso pelo governo Bolsonaro faltando recursos para várias áreas consideradas prioritárias.

O cenário apontado pelos dados do **PIB** é diferente do valor de R\$ 136 bilhões que chegou a ser divulgado pelo ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa. Ele e os demais economistas do grupo de transição estavam aguardando a divulgação do resultado do **PIB** para refazer as contas.

No início das discussões, os economistas da transição defenderam, internamente, uma licença para gastar com a PEC em torno de R\$ 130 bilhões. A PEC, no entanto, foi protocolada com um adicional de até R\$ 198 bilhões de despesas fora do teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**.

Segundo os técnicos, depois da reestimativa do IBGE, ficou ainda mais claro que os R\$ 136 bilhões citados por Barbosa significariam uma redução da despesa em porcentagem do **PIB**.

Eles alertam que, se o Congresso aumentar a despesa fora do teto em 2022 para desbloquear recursos do Orçamento, como as negociações estão apontando até o momento, o valor de R\$ 148 bilhões ficará ainda maior.

MERCADO. Analistas veem com preocupação a expansão de gastos na PEC, mesmo em torno de R\$ 150 bilhões. Um dos argumentos é de que a alta de despesas de curto prazo seria secundária em relação à expansão de longo prazo, já que são despesas permanentes. É que a PEC retira do teto de gastos o programa Auxílio Brasil. O outro ponto é que o **PIB** para 2023 usado nas projeções estaria superestimado e sem chances de ocorrer.

DEFESA. Para rebater essas críticas, os técnicos do governo de transição destacam que há fatos adicionais relevantes: se o pacote fiscal da PEC for bem desenhado, os gastos terão efeitos multiplicadores sobre a renda (sociais e investimentos), o que acabaria elevando o **PIB**.

Outro ponto é que o impacto líquido nas contas em 2023 seria bem menor: as receitas estariam subestimadas em pelo menos R\$ 50 bilhões no projeto de lei do Orçamento enviado ao Congresso por Bolsonaro.

Licença Governo eleito diz que os R\$ 136 bi antes citados seriam uma redução de gastos em relação ao **PIB**

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Congresso pode unir PECs

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator-geral do orçamento de 2023 da União, afirmou ontem que há discussão no Congresso sobre "misturar" a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição com a PEC apresentada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Ambas foram apresentadas com o objetivo principal de acomodar no orçamento o Bolsa Família de R\$ 600 a partir de 2023, sendo que a primeira tem o aval do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O tucano propôs elevar o teto de gastos - a regra que limita o crescimento das despesas do governo à **inflação** - em R\$ 80 bilhões para garantir o pagamento do Bolsa Família dentro da âncora fiscal. Já a PEC apoiada por Lula quer tirar todo o programa de transferência de renda das regras fiscais, por quatro anos. Um meio-termo, de acordo com o que está em debate, é elevar o teto de gastos em determinado valor e "excepcionalizar" o restante.

Detalhes Autor da PEC da Transição, protocolada na segunda-feira, Castro manteve grande parte do que foi proposto pela equipe de transição de Lula.

O texto do senador tira todo o Bolsa Família do teto para garantir a manutenção da parcela de R\$ 600 e a concessão do adicional de R\$ 150 por cada criança de até seis anos no programa.

O impacto fiscal de cerca de R\$ 175 bilhões, que pode chegar a R\$ 198 bilhões com o uso de receitas extraordinárias para investimentos, gerou resistências em partes do Congresso e do mercado financeiro, justamente o que fez surgir propostas alternativas, como a de Tasso.

- Ao invés de ficar a discussão "vamos excepcionalizar isso, vamos excepcionalizar aquilo, isso não merece ser excepcionalizado", o que ele (Tasso) sugeriu foi: como o teto está ficando defasado, vamos aumentar o teto. E aí você coloca dentro desse espaço que foi criado aquilo que julgar que seja imprescindível, necessário e inadiável - argumentou Castro a jornalistas, no Senado.

- Qual é a crítica que eu faço à PEC de Tasso? Com o princípio, a ideia, eu estou de acordo. Não tenho nada contra. E que o valor é. Se está pensando em aumentar o teto e ao mesmo tempo excepcionalizar do teto. A minha emenda excepcionaliza, a emenda do Tasso aumenta o teto. Está havendo uma ideia de misturar as duas.

MARCELO CASTRO Senador relator-geral do orçamento da União de 2023 que ele colocou foi muito pequeno (R\$ 80 bilhões). Se ele tivesse proposto um valor mais elevado, seria mais fácil o entendimento - acrescentou Castro.

Como a avaliação é de que a PEC de Tasso carrega uma mensagem de maior responsabilidade fiscal, a ideia agora é tentar fechar na tramitação um "mix" das propostas.

- Se está pensando em aumentar o teto e ao mesmo tempo excepcionalizar do teto. A minha emenda excepcionaliza, a emenda do Tasso aumenta o teto. Está havendo uma ideia de misturar as duas: aumentar o teto em R\$ 80 bilhões e o que ultrapassasse R\$ 80 bilhões, para os R\$ 175 bilhões, excepcionalizaria do teto - indicou Castro.

De acordo com o senador, também se discute elevar o teto em mais de R\$ 80 bilhões. Nesse caso, a referência seria um argumento usado pelo ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa, um dos membros do grupo técnico de economia da transição.

- Nelson Barbosa fez um argumento para acalmar o mercado que me pareceu bastante lógico: neste ano, o orçamento corresponde a 19% do **PIB** brasileiro. Se colocarmos os mesmos 19% em 2023, vamos aumentar o orçamento de 2023 em R\$ 136 bilhões - ressaltou Castro.

- Qual é a mensagem subliminar que ele está dando aí: se o mercado não está estranhando, não está nervoso com o orçamento deste ano, se aumentarmos o orçamento do ano que vem em R\$ 136 bilhões, o mercado não teria nenhum motivo para estar nervoso, preocupado - acrescentou o senador.

Após o resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) do terceiro trimestre, divulgado ontem pelo IBGE (leia mais na página 12), esse valor tende a ser reajustado para cima.

Lula faz aceno a sindicatos Em reunião com representantes de 22 centrais sindicais no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede do governo de transição, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), se comprometeu, ontem, a trabalhar junto ao Congresso pelo financiamento das entidades, mas sem o retorno do imposto sindical.

O encontro foi fechado à imprensa, mas a assessoria de Lula emitiu uma nota: "O presidente eleito disse que recriará a mesa de negociação, de trabalho e conselhos, além de trabalhar junto ao Congresso para a aprovação de artigo na legislação sobre o financiamento dos sindicatos, sem retomo do imposto sindical".

Mais cedo, o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, que participou da reunião com Lula, garantiu que as centrais sindicais não desejam revogar a reforma trabalhista do governo passado e tampouco retomar o imposto sindical.

De acordo com a nota do governo de transição, Lula prometeu no encontro "nova regulação no mundo do trabalho sem voltar ao passado".

Mercadante promete entrega de reestruturação de ministérios Ex-ministro nos governos do PT, Aloizio Mercadante afirmou ontem que a equipe de transição pretende apresentar- ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na próxima semana, proposta de reestruturação ministerial.

Esse desenho é necessário, disse ele, para que Lula possa apontar os indicados para comandar- cada uma das pastas. Segundo Mercadante, a sugestão de um futuro desenho da Esplanada dos Ministérios foi pedida por Lula como prioridade. A ideia é que o petista bata o martelo sobre a reestruturação e comece a fazer os anúncios de seus ministros, acrescentou Mercadante.

- Na semana que vem, devemos apresentar uma proposta ao presidente e isso incide sobre a montagem dos ministérios, porque você vai escolher os ministérios dentro de uma estrutura predefinida, por isso o presidente pediu prioridade. Estamos trabalhando nisso para já no início da semana apresentar para ele, que vai bater o martelo e depois a gente anuncia, ou ele anuncia quando for anunciando os ministros, vamos combinar com ele. E o presidente Lula que vai definir quantos ministérios a gente vai ter - disse Mercadante em coletiva de imprensa.

Questionado se já havia decisão pela divisão do Ministério do Desenvolvimento Regional em duas pastas, para recriação da pasta de Cidades, ele afirmou que "nada está" concluído antes de o presidente eleito analisar e decidir.

- Todo o trabalho dos grupos da transição será ofertado aos respectivos ministros no momento em que forem nomeados, e vão ter liberdade de incorporar, requalificar, montar suas equipes, e ao presidente Lula, especialmente o organograma geral do governo - respondeu.

Ainda assim, Mercadante defendeu a divisão das duas pastas: - Na nossa visão, faz todo sentido ter pastas de Desenvolvimento Regional e Cidades - disse o ex-ministro, que rebateu a avaliação de que as novas estruturas representarão aumento de gastos: - Não vai aumentar custos, vai desenhar o que é prioridade.

Detalhe ZH Aposse de Lula, em 1o de janeiro, deve ser espécie de festival e está sendo organizada pelo time de cultura da transição, que inclui Janja da Silva, futura primeira-dama. Mais de 20 artistas confirmaram presença, incluindo Maria Rita e Pablo Vittar.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

OS SINAIS PARA O PIB DE 2023

(Editorial)

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do país variou 0,4% no terceiro trimestre em comparação com o intervalo de três meses imediatamente anterior. Foi um avanço abaixo do esperado pelo mercado, é verdade. O consenso indicava uma alta de 0,6%, com uma desaceleração já aguardada da economia. Mesmo assim, não se deve perder a perspectiva de que o desempenho da atividade no Brasil ao longo de 2022 é muito melhor do que era vislumbrado na virada do ano.

Ao final de 2021, economistas renomados e instituições financeiras respeitáveis projetavam um crescimento pífi, ao redor de 0,5%. Até o risco de uma recessão entrou no radar. Mas os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentados ontem mostram que, no acumulado do ano, o **PIB** sobe 3,2%. É claro que, ao longo dos meses, fatos novos surgiram e alteraram o horizonte, como a significativa valorização das commodities, o que sempre impulsiona a economia brasileira, e medidas voltadas a elevar a renda de parcela da população movidas pelas urgências eleitorais. Mesmo que no quarto trimestre a atividade ande de lado, o **PIB** encerrará 2022 com uma alta próxima de 3%. É para ser celebrado.

O mercado de trabalho também surpreendeu positivamente, com quedas sucessivas, até chegar a uma taxa de desemprego de 8,3% no trimestre encerrado em outubro. Mas o Caged, que mostra a geração de postos com carteira assinada, apontou para o mesmo mês uma criação de vagas formais bem abaixo do esperado. É um novo sinal de acomodação.

Deve ser lembrado que o país atravessa um período de juro básico em patamar bastante elevado. Os 13,75% ao ano da Selic, um freio para a economia, representam o maior aperto monetário desde o início de 2017. Também se esgotou o impacto da reabertura das atividades após o período mais crítico da pandemia, os estímulos internos perderam o efeito e a economia global, outro fator que influencia o **PIB** brasileiro, está cambaleante e sem perspectivas alvissareiras para 2023.

Passa a ser a hora de centrar mais as atenções para o ano que se avizinha. Do novo governo, se aguarda que consiga entregar suas promessas sociais, sem ameaçar deteriorar o lado fiscal. Se conseguir emitir

sinais firmes de que não descuidará da sustentabilidade da dívida pública, será possível injetar confiança nos agentes econômicos - consumidores, empresários e investidores - e manter a perspectiva de que o Banco Central encontrará fundamentos para, como se espera, começar a reduzir a Selic em 2023. A mediana das projeções de mercado para o **PIB** do próximo ano, conforme o Boletim Focus, está em 0,7%, o que seria uma alta bastante modesta. Está posto para o novo governo, portanto, o desafio de calibrar suas ações e mensagens para o país ter novas surpresas positivas e alcançar um avanço mais robusto da economia, com a continuidade da queda do desemprego e a melhora da renda, mas mantendo o controle da inflação.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Bolsa de valores tem queda 1,3% após divulgação do PIB brasileiro

São Paulo - O Ibovespa fechou em queda ontem, tendo ações de consumo entre as maiores quedas, com dúvidas sobre o rumo fiscal do País e o reflexo disso nas taxas de juros e no crescimento econômico ainda minando o primeiro pregão de dezembro.

O **PIB** brasileiro apresentou uma boa performance no terceiro trimestre na visão de alguns economistas, mas a expectativa é que continue desacelerando até o final do ano, com menor renda disponível e efeito defasado da alta da Selic.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa caiu 1,39%, a 110.925,60 pontos, de acordo com dados preliminares. A queda ocorre após duas altas seguidas, período em que acumulou alta de 3,4%.

Estrategistas do BTG Pactual afirmaram estar mais cautelosos com as ações brasileiras, apesar de elas estarem reconhecidamente baratas.

"A proposta agressiva de expansão fiscal do novo governo e as incertezas em torno do novo ministro da Fazenda assustaram os mercados", afirmaram Carlos Sequeira e equipe em relatório com as recomendações para o mês.

Em razão disso, eles estão buscando teses menos relacionadas à economia brasileira, incluindo Vale no seu portfólio, dada a potencial reabertura da economia chinesa, assim como Equatorial, vista como defensiva.

O **PIB** brasileiro divulgado ontem apresentou uma boa performance na visão de economistas, mas a expectativa é que continue desacelerando até o final do ano, com menor renda disponível e efeito defasado da alta da Selic.

No exterior, permanece a expectativa de novas flexibilizações pela China nos seus protocolos contra Covid-19, assim como a perspectiva de que o Federal Reserve reduzirá o ritmo do aperto monetário nos Estados Unidos.

Wall Street fechou sem uma direção única, com o S P 500 em queda de 0,06%.

A B3 também divulgou mais cedo nesta quinta-feira a primeira prévia da composição do Ibovespa que irá

vigorar a partir de janeiro com a exclusão das ações da Positivo e nenhum papel novo.

Destaques - Petrobras PN caiu 4,01%, a R\$ 25,59, após divulgação do plano estratégico para o período de 2023 a 2027, com aumento nos investimentos, embora a perspectiva é de que o mesmo seja revisto pelo novo governo. No mês passado, alguns bancos cortaram as recomendações para a ação, em meio a preocupações de que a empresa poderá reduzir os pagamentos de dividendos e passar a ter menores retornos sobre capital investido em novos projetos.

A Petrobras também anunciou que reduziu o preço do querosene de aviação em cerca de 6% e encerrou, sem acordo, negociação para vender térmica em Canoas.

BRF ON perdeu 9,02%, a 8,57 reais, mais uma vez na ponta de baixa do Ibovespa, renovando uma mínima intradia desde 2006 a 8,56 reais.

No setor, JBS ON caiu 2,18%, enquanto Marfrig ON e Minerva ON recuaram 6,97% e 4,88%, respectivamente.

Magazine Luiza ON recuou 9,09%, a 3,10 reais, dado o cenário prospectivo ainda difícil para setor, com as rivais VIA ON cedendo 4,59% e Americanas ON perdendo 6,91%.

IRB Brasil ON fechou em baixa de 6,67%, renovando mínimas históricas, após proposta da resseguradora de grupamento de suas ações ordinárias na proporção de 30 para 1.

Vale ON avançou 0,55%, a R\$ 86,18, mesmo com queda dos contratos futuros de minério de ferro na bolsa de Dalian. No setor, porém, Usiminas PNA caiu 4,48%, CSN ON perdeu 1,31% e Gerdau PN recuou 2,82%.

(Reuters)

Dólar fecha perto da estabilidade frente ao real

São Paulo - O dólar fechou perto da estabilidade frente ao real ontem, com a fraqueza internacional da divisa norte-americana, após dados terem mostrado arrefecimento da **inflação** nos Estados Unidos,

dividindo atenções com receios domésticos sobre a PEC da Transição.

A moeda norte-americana à vista teve variação negativa de 0,03%, a R\$ 5,1979 na venda, renovando seu patamar de encerramento mais baixo desde o último dia 9 (R\$ 5,1845), depois de já ter despencado quase 4% no acumulado dos três pregões anteriores.

Na B3, o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento subiu 0,28%, a R\$ 5,2280.

Ontem, foram divulgados dados de **inflação** norte-americanos que reforçaram a perspectiva de um Federal Reserve mais brando na conduta da política monetária. O índice de preços de despesas de consumo pessoal (PCE, na sigla em inglês) subiu 0,3% em outubro, após avançar na mesma margem em setembro.

Nos 12 meses até outubro, o PCE subiu 6,0%, após avanço de 6,3% em setembro, uma desaceleração que pode justificar aumentos menores dos juros pelo Fed a partir da reunião de dezembro.

O chair do Fed, Jerome Powell, já havia sinalizado na véspera que o banco central norte-americano pode reduzir o tamanho de seus ajustes nos juros já neste mês. O dólar se enfraqueceu globalmente na esteira dessa indicação, com seu índice frente a uma cesta de moedas fortes caindo 0,8% ontem.

"Quando ele (Powell) expressou que o ritmo dos aumentos na taxa de juros em dezembro já serão reduzidos, essa fala levou o mundo inteiro a um apetite por risco", disse Evandro Cacicano dos Santos, chefe de câmbio da Trace Finance.

No entanto, "mesmo a gente tendo esse movimento externo, a gente tem também o cenário político, que tem sido mandatário na nossa relação com o dinheiro", ponderou o especialista.

Um dos principais motivos de angústia na cena doméstica tem sido a PEC da Transição, já que, da forma que foi protocolada no Senado no início desta semana, abre uma exceção à regra do teto de gastos de quase R\$ 200 bilhões por quatro anos, em grande parte para custear o Bolsa Família.

"O tanto que ela nos traz insegurança fiscal com certeza faz com que a gente tenha um movimento muitas vezes inverso ao do mundo", avaliou Santos. Em novembro, a moeda norte- -americana ganhou 0,67% frente ao real, na contramão das perdas de mais de 5% do índice do dólar contra a cesta de pares fortes no mesmo período.

Ainda assim, alguns investidores têm se agarrado a esperanças de que os quase 200 bilhões de reais em gastos extrateto previstos na PEC sejam moderados e seu período de duração, reduzido.

Bruno Di Giacomo, diretor de investimentos da Nero Capital, vê uma tendência de longo prazo de baixa do dólar, em meio à possibilidade de que a taxa Selic volte a subir, o que elevaria o diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos e tornaria a moeda brasileira mais atraente para investidores estrangeiros.

Os juros futuros dispararam em novembro em meio à percepção de risco fiscal elevado, com a curva de DI5 chegando a precificar novos aumentos da Selic -- atualmente em 13,75% -- em 2023. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-02-12-2022/>